

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
COMUNICAÇÃO SOCIAL - HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

WÁKILA NIEBLE R. DE MESQUITA

RETRATOS DA VIOLÊNCIA:
A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA NO JORNAL DO TOCANTINS

PALMAS - TO
2007

WÁKILA NIEBLE R. DE MESQUITA

**RETRATOS DA VIOLÊNCIA:
A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA NO JORNAL DO TOCANTINS**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – habilitação em jornalismo.

FÁBIO HENRIQUE DUARTE
Orientador

CLÁUDIA BORGES DOS SANTOS
Co-orientadora

PALMAS – 2007

WÁKILA NIEBLE R. DE MESQUITA

**RETRATOS DA VIOLÊNCIA:
A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA NO JORNAL DO TOCANTINS**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social – habilitação em jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. MSc Fábio Henrique Duarte - UFT

Prof.^a MSc Adriana Tigre - UFT

Prof. MSc Silvalino Ferreira - UFT

Palmas, 14 de fevereiro de 2007.

Dedico este trabalho, último passo para a conclusão do meu curso, à mamãe e ao papai que tantos esforços fizeram para que eu chegasse até aqui. Apesar de ser apenas um título de graduação é muito para pais que constroem a vida acordando com o sol e lutando para sobreviver a cada dia.

A minha irmã Karila por abrir mão de tantas coisas importantes para que o dinheiro da família fosse suficiente para me manter fora de casa.

A meu namorado Mário Daniel, que precisou abrir mão de ficarmos juntos e suportou uma separação de mais de três anos. O amor que resistiu a tantos preconceitos e esperou tanto para se iniciar soube esperar também esse tempo de estudo.

E aos deuses que estiveram comigo até aqui.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Universidade Pública que representa a possibilidade de acesso ao conhecimento a quem não pode pagar por ele.

À minha co-orientadora Claudinha.

A meu orientador Prof. Fábio Duarte por se dispor a orientar uma pesquisa em um curso que não atua.

As minhas amigas Aline, e Dani pelas idéias, em especial a Dani, pelas conversas e debates longos, às vezes entrando pela madrugada.

A Paty e a Susi companheiras de aluguel por três anos de exílio estudantil.

Aos companheiros de militância do Movimento Estudantil. Essa experiência foi muito útil nos estudos.

“A legitimação da autoridade se constrói num processo relacional em que há afirmação do direito, da alteridade e da autonomia, pela mediação da palavra”.

Faleiros

MESQUITA, Wákila Nieble R. de. **Retratos da violência:** a construção da notícia no Jornal do Tocantins quando o estado mata. 2007. 75 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - jornalismo) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2007.

RESUMO

Observa e analisa a relação entre os aparelhos repressivos do Estado – Forças de Segurança – com os aparelhos ideológicos da sociedade – imprensa e grupos de pressão. Apresenta, através de pesquisa bibliográfica, observações sobre imprensa, construção da notícia, opinião pública, comunicação no capitalismo neoliberal, a notícia construída sob pressão social, econômica, cultural e estatal. Observa a comunicação na Polícia Militar do Estado do Tocantins, no Centro de Direitos Humanos de Palmas e no Jornal do Tocantins através de entrevistas despadronizadas e dirigidas. Faz análise de conteúdo de notícias de todos os gêneros jornalísticos, em todas as páginas publicadas no Jornal do Tocantins no ano de 2004 que tratem de mortes de civis causadas por policiais militares no Estado do Tocantins. A análise é realizada com base nos critérios do newsmaking enumerados por WOLF (2002). Conclui que a Polícia Militar do Estado do Tocantins não tem suas políticas de comunicação organizadas de forma clara. Que o Centro de Direitos Humanos de Palmas tem necessidade de se estruturar melhor no sentido de influenciar de forma mais concreta o Jornal do Tocantins para atingir seus objetivos. Conclui também que o Jornal do Tocantins por questões econômicas prejudica a qualidade das notícias e funciona muitas vezes como porta-voz das forças de segurança do Estado.

Palavras-chave: Imprensa. Construção da Notícia. Direitos Humanos. Economia. Estado.

MESQUITA, Wákila Nieble R. de. **Retratos da violência:** a construção da notícia no jornal do tocantins quando o estado mata. 2007. 75 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - jornalismo) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2007.

RESUMEN

Observa y analiza la relación entre los aparatos represivos del Estado - Fuerzas de la seguridad - con los aparatos ideológicos de la sociedad - la prensa y los grupos de presión. Presenta, con la investigación bibliográfica, observaciones sobre la noticia, construcción de la noticia, opinión pública, comunicación en el capitalismo neoliberal, el noticia construido bajo presión social, económica, cultural y del estado. Observa la comunicación en la política militar del estado del Tocantins, en el centro de derechos humanos de Palmas y en el Jornal do Tocantins, a través de entrevistas desnormalizada y entrevistas dirigidas. Hace análisis del contenido de las noticias de todos los géneros periodísticos, en todas las páginas publicadas en el Jornal do Tocantins, en el año de 2004 de que tratan de las muertes de los civiles causadas para los policías militares en el estado del Tocantins. El análisis es realizada a través de los criterios de newsmaking, enumerados por WOLF (2002). Concluye que la Política Militar del estado del Tocantins no tiene sus políticas de comunicación organizadas de forma clara. Que el centro de derechos humanos de Palmas tiene necesidad de mejorar su estructura en sentido de influenciar de una forma más concreta el Jornal do Tocantins a fin de alcanzar sus objetivos. También concluye que el Jornal do Tocantins, por cuestiones económicas daña la calidad de las noticias y funciona muchas veces como portavoz de las fuerzas de la seguridad del estado.

Palabras - llave: Prensa. Construcción de la Noticia. Derechos Humanos. Economía. Estado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA	13
2.1 O NEWSMAKING	14
2.1.1 OS VALORES/NOTÍCIA.....	15
2.3. AS ROTINAS DE PRODUÇÃO	18
2.4. OS FORNECEDORES: AS FONTES.	19
2.5. A FASE FINAL.....	21
3. A OPINIÃO PÚBLICA.....	21
3.1. A NOTÍCIA COMO FONTE DE LUCRO	24
4. POLÍCIA, IMPRENSA, SOCIEDADE	28
4.1. A VIOLÊNCIA POLICIAL	28
4.2.1 PM-TO	30
4.2.2 A COMUNICAÇÃO NA PM-TO	32
4.3 O MOVIMENTO DE DIREITOS HUMANOS.....	36
4.3. A NOTÍCIA: ESPAÇO EM CONSTRUÇÃO, ESPAÇO EM DISPUTA	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	70
APÊNDICE	73
APÊNDICE A – ENTREVISTAS	74

1. INTRODUÇÃO

A idéia de organizar um trabalho voltado para a compreensão da violência estatal, através das forças de segurança, surgiu a partir da leitura do livro Rota 66 do jornalista Caco Barcelos, BARCELOS (2001). Em seu livro-reportagem ele descreve as ações brutais da Polícia contra populações pobres das periferias das grandes cidades brasileiras e como ele, enquanto repórter, trabalhava e lidava com essa situação. Na maioria dos casos narrados pelo autor a mídia exerce grande peso na solução dos crimes cometidos pela Polícia. A imprensa realiza ali o papel de fiscalizador que age em nome da população e entrega às mãos das autoridades os criminosos de farda.

Se por um lado, o repórter da Rede Globo fala do trabalho da imprensa contra o Estado e em defesa da sociedade, especialmente das comunidades mais pobres. Por outro, é visível na imprensa que a maioria dos casos não tem solução e tornam-se rotina nos noticiários.

Como uma das responsáveis pela construção da realidade social e mesmo da subjetividade humanas a mídia tem grande poder na solução, eliminação ou controle da violência estatal. Assim como tem poder para justificar ou mesmo incentivar, pressionar, para que essa violência ocorra. A forma como a violência do Estado é percebida pela sociedade está ligada à forma como a mídia trata esse tema. Tal percepção pode permitir à democracia avançar assim como o oposto. Uma imprensa que não clareie o debate sobre a violência estatal, uso da força por parte do Estado, contribui para a ampliação dos conflitos e da repressão na medida em que não permite o acesso a informações que permitam o controle do Estado por parte da sociedade.

Tem-se neste trabalho uma observação sobre como o governo presta contas de seu trabalho na manutenção da paz e de que forma a mídia privada participa dessa ação. O que se busca neste trabalho é uma reflexão sobre o relacionamento dos aparelhos repressivos do Estado com os aparelhos ideológicos da sociedade. Sobre como a sociedade se informa ou é informada pelos veículos de comunicação nos momentos em que o Estado mata, teoricamente, em nome do bem comum e da manutenção da ordem.

Como é construída a notícia nessas condições onde muitos interesses se envolvem e como a imprensa pode agir para que a sociedade tenha informações que lhe permita controlar as ações do Estado? A mídia privada ávida por lucros atende o interesse público? A administração do Estado informa à opinião pública a real situação da estrutura estatal? Como os grupos de pressão agem

nesse contexto onde a elite política – governo – e a elite econômica – imprensa – se esforçam para manter sua hegemonia?

Para HOHLFELDT (2003) a notícia se forma de uma série de dados e influências. Está pesquisa procurou compreender quais são essas influências nesse caso específico da violência estatal. Para observar e comparar algumas sugestões busca-se analisar a construção da notícia a partir das teorias que estudam os *mass media* e a construção da realidade. A base teórica que embasou a construção do pensamento a respeito dos meios de comunicação veio de autores como Wolf que explica o newsmaking, Habermas e Thompson que falam da construção da opinião pública e Friedman que discorre sobre o sistema econômico onde se estrutura os meios de comunicação. Para observar o trabalho e pensamento das forças de segurança utilizou-se das pesquisas do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) que focam a compreensão das forças de segurança. Para compreender o grupo de pressão em observação, as organizações que lutam pelos direitos humanos, Demo, Faleiros e Dantas dentre outros deram a base conceitual e teórica para tanto.

Iniciando com uma apresentação teórica da mídia e da opinião pública no capitalismo neoliberal o trabalho segue com a apresentação teórica das Forças de Segurança e observação e descrição da comunicação praticada pela Polícia Militar do Estado do Tocantins. O mesmo esquema é utilizado na observação do grupo de pressão. Após uma apresentação teórica sobre direitos humanos no Brasil e direitos humanos e comunicação vem a descrição e análise da comunicação no Centro de Direitos Humanos de Palmas. Esta se dá de forma superficial, pois o interesse principal é observar a relação dos aparelhos de repressão do Estado com os aparelhos ideológicos da sociedade com foco na imprensa. As observações na Polícia Militar do Estado do Tocantins e no Centro de Direitos Humanos de Palmas se fizeram através de entrevistas com membros dessas instituições.

Para estudar a imprensa observamos o Jornal do Tocantins. Essa observação foi realizada em todas as edições desse jornal no ano de 2004, em todas as editorias e páginas, 323 edições ao todo. Esse trabalho foi feito na busca por notícias, em todos os gêneros jornalísticos, em que constassem mortes de civis causadas por policiais militares. Foram encontradas oito notícias. Estas foram comparadas com os números apresentados pela Polícia Militar. Com as notícias em mãos passa-se à análise de conteúdo dessas notícias. A análise se dá em busca de características descritas por WOLF (2002). Além da análise de conteúdo foi realizada também uma entrevista

com repórter do Jornal do Tocantins. Todas as entrevistas sejam as da Polícia Militar, do Centro de Direitos Humanos ou do Jornal do Tocantins, foram realizadas de forma despadronizada e dirigida.

Vários outros trabalhos já foram realizados no Tocantins no sentido de investigar os meios de comunicação locais. Porém há pouca coisa no sentido de investigar esses veículos como motores ou obstáculos à construção da cidadania. A maioria está voltada para a busca de soluções para os problemas econômicos destes veículos. Esta pesquisa procura ir em outro sentido, uma tentativa de tirar as observações de uma visão economicista ou voltada para a tecnologia material e focada na cidadania e busca de novas formas sociais, tecnologia humana.

2. A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

Atualmente a mídia tem grande peso na sociedade. As informações jornalísticas cotidianas ocupam grande espaço nos meios de comunicação. A base desse jornalismo cotidiano ou informativo¹ é a notícia. A informação instantânea na internet, os canais de televisão que transmitem notícias 24 horas diárias, os milhões de exemplares de jornais que circulam todos os dias. Tudo isso traz notícias que, a princípio, poderiam ser vistas como simples retrato da realidade. Entretanto não é. A notícia não é apenas o relato dos fatos. De acordo com WOLF (2002) ela se forma de uma série de dados e influências, se constrói dentro de um sistema de produção. Para este autor a organização dessa produção é rotinizada de forma a torná-la exeqüível e gerível. Mas como funciona esse sistema? Que garantias há de que esse produto tem qualidade? Como este sistema influi na construção da opinião pública e que pontos desse modelo coincidem com o pensamento neoliberal? Quem interfere na construção da notícia?

A análise apresentada neste trabalho se pauta pelo único diário impresso na capital tocantinense, o Jornal do Tocantins, (JTo). De forma mais específica, investiga-se a construção da notícia onde julgamos que haja uma disputa maior no espaço midiático por parte da sociedade e do Estado. Por sociedade entenda-se o que THOMPSON (1998) descreve como o que está fora da esfera do Estado, instituições que, aparentemente, não se encontram sobre o domínio estatal.. Além das instituições estatais e privadas cita-se também o que este autor chama de instituições intermediárias entre a sociedade e o Estado, as Organizações Não Governamentais. Estas, apesar de não serem estatais, também não são privadas. Constituem-se num terceiro setor.

Cremos que este espaço de disputa se acirra quando há o uso da força por parte do Estado. Por isso esse estudo sobre a relação mídia-economia-sociedade-Estado foca suas observações nas mortes de civis² causadas pela Polícia Militar do Estado do Tocantins, (PM-TO).

Conforme ALTHUSSER (1985) o aparelho repressivo do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia. Para GARCIA (1990) os jornalistas são um exército portador de ideologia, portanto fazem parte da construção da notícia que se situa nessa zona de conflito.

¹ GENRO FILHO (1987) afirma define jornalismo informativo como o noticiário que produz e divulga notícias de forma rápida, quase que em tempo real. Sem nenhum aprofundamento.

² De acordo com o Novo Minidicionário Escolar: língua portuguesa civil refere-se aquele que não é militar.

2.1 O newsmaking

Uma das teorias da comunicação que se detém sobre a construção da notícia é o *newsmaking*, os primeiros estudos dessa teoria se concentraram na figura do *gatekeeper* – selecionador. Um estudo de LEWIN (*apud* WOLF 2002) em que foram analisadas as mudanças nos hábitos alimentares dos americanos, concluiu haver uma espécie de zonas filtro, espécie de cancelas que liberam ou bloqueiam determinadas informações. Indivíduos ou grupos controlam a circulação das informações entre as fontes, que produzem inicialmente as mudanças, e seus receptores finais, que acompanham ou repetem as alterações. Essas zonas filtro são controladas por sistemas objetivos de regras, que ele denominou de *gatekeepers*. WHITE, (*apud* WOLF 2002), utilizou essa teoria para analisar a produção de notícias e concluiu que há na produção de informações da imprensa, assim como na análise de Lewin, porteiros que liberam ou não a passagem de determinada informação. Este pesquisador concluiu que a seleção do que passa ou deixa de passar é objetiva e tem regras claramente definidas. Ele diz ainda que, “mesmo que os motivos que presidem à decisão de não publicar a maior parte do que chega à redação possam parecer muito subjetivos”, não são, (WHITE *apud* WOLF 2002, p. 181). O texto indica que as notícias selecionadas, ou que deixam de sê-lo, se encaixam em um perfil classificatório que serve de avaliador para todo o material que chega à redação. Inicialmente o *gatekeeper*, na figura do pauteiro, era visto como o responsável pela escolha do que passava ou não. Isso se altera e com o aprofundamento das pesquisas o *gatekeeper* não é mais uma pessoa, nem trabalha de acordo com uma visão ou experiência pessoal, mas a partir de critérios hierarquicamente ordenados e ligados a uma rede complexa que interage com situações que vão desde a eficiência na produção até critérios relativos à organização da empresa. De porteiro, o conceito do *gatekeeper* se transformou e passou a significar qualquer forma de controle sobre a informação dentro dos sistemas de produção das notícias. Estes controles vão da seleção da matéria prima à construção da mensagem, finalizando com a difusão.

A construção desse conceito de *gatekeeper*, assinala a transição dos estudos sobre a manipulação explícita da informação para a questão da distorção inconsciente³ que se verifica constantemente na cobertura informativa. Com tal transição os conteúdos dos jornais, que eram vistos como resultado do trabalho de um indivíduo que selecionava o que poderia tornar-se

³ De acordo com WOLF (2002) distorção involuntária ou inconsciente refere-se a manipulação que não é realizada de forma consciente ou proposital.

notícia alteram-se e a imagem da realidade que os *mass media* expõem é vista agora relacionada com a organização e a produção rotineira dos aparelhos jornalísticos. Deixa-se de condenar o jornalista como o responsável pelas distorções e passa a culpar o sistema de produção, apontando problemas existentes nesse modelo. ELLIOT, (*apud* WOLF 2002), afirma que deixam de ser analisadas as distorções causadas por forças externas e passa-se a observar os problemas existentes no próprio sistema de produção da notícia. A observação sai exclusivamente do produto e foca a produção. WOLF (2002, p. 184) explica:

Dos mass media – que constituem um núcleo central da produção simbólica, na sociedade actual – é necessário conhecer-se não apenas os sistemas de valores, de representações, de imaginário colectivo que eles propõem, mas também o modo, os processos, as restrições e as limitações em que tudo isso acontece.

A reprodução da realidade social através dos *mas media*, nesse contexto, é ditada pelas exigências organizativas e pelas características técnicas dos meios de comunicação. Isso não se afirma de casos específicos, antes fala-se do andamento rotineiro de longo prazo nos *mass media*. Há uma lógica específica dos meios de comunicação que está ligada as exigências produtivas destes.

Ainda em Wolf tem-se que a cultura profissional dos jornalistas e os processos produtivos criam os critérios de noticiabilidade, a definição de notícia e, legitimam o processo, ao colocá-lo como algo limpo, técnico, exposto. Isso permite aos jornalistas e as empresas de comunicação estabelecerem seu papel na sociedade. Aqui se encontra a garantia do produto. Com essas normas o sistema se afirma, visto que a técnica supera os interesses das pessoas ou dos grupos empresariais.

2.1.1 Os valores/notícia

Conforme exposto no parágrafo anterior, a definição dos critérios de noticiabilidade funcionam como uma espécie de garantia do produto, da informação. A definição do que será ou não notícia é resultado do modelo estrutural das empresas de comunicação. ALTHEID (*apud* WOLF 2002), ao explicar os critérios que transformam um fato em notícia utiliza-se de outro conceito que ele denomina de perspectiva-da-notícia, ou seja, a capacidade que o veículo de

comunicação tem para captar os fatos e processá-los. Ele crê, ainda, que aquilo que é notícia define-se de forma pragmática a partir das condições que a empresa de comunicação tem para transformar o fato em notícia, levando em conta sempre a racionalidade da produção, baseada em tempo e em recursos materiais e humanos limitados. Os critérios da noticiabilidade não são, porém, vistos por WOLF (2002) como inflexíveis, mas negociados, estão sujeitos a alterações que, entretanto, segue padrões pragmáticos da estrutura racional lucrativa da empresa. Sua flexibilidade atinge seus limites dentro da forma de operar do organismo que faz informação. Entre os critérios de noticiabilidade, o que Wolf trata com mais detalhes, são os valores-notícia, estes começam na seleção inicial dos fatos e se espalham por todo o processo de montagem do produto final, diz GOLDING E ELIOT, (*apud* WOLF 2002, p. 114):

Os valores/notícia [...] São critérios de selecção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até a redação. [...] funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público. Os valores/notícia são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, explicam e guiam os procedimentos operativos redactoriais.

Esses valores/notícia são indispensáveis visto que os jornalistas não podem estabelecer critérios de seleção a todo momento, a cada novo fato. Funcionam como modelo e garantia técnica. São resultado de premissas implícitas ou de considerações relativas ao conteúdo da notícia, ao produto informativo, ao público e a concorrência.

Os critérios que estabelecem os valores/notícia são cinco. Pela ordem estabelecida por WOLF (2002. p. 202-204):

- Critérios Substantivos,
- Critérios relativos ao produto,
- Critérios relativos ao meio de comunicação,
- Critérios relativos ao público,
- Critérios relativos a concorrência.

Expomos abaixo de forma mais detalhada, os critérios de noticibilidade:

Dos critérios substantivos:

Os critérios substantivos centram-se na importância e no interesse da notícia. Expõem-se aqui apenas os critérios substantivos de importância. Seguem quatro variáveis que servem como parâmetros para os critérios substantivos:

- “O grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento, quer no que respeita as instituições governamentais, quer aos outros organismos e hierarquias sociais”. Quanto mais alto na hierarquia social estiver o sujeito envolvido no fato mais chances este tem de ir para as páginas da imprensa, sendo que, GANS (*apud* WOLF, 2002) afirma que os organismos governamentais estão acima dos não governamentais nessa cadeia de prioridades.
- “Impacte sobre a nação e sobre o interesse nacional”. Esse princípio pode ser levado em consideração quando se analisa as notícias no micro e no macro espaço. No que tange aos fatos regionais ou locais esse critério seleciona o que deverá ser levado à rede nacional de comunicação. Para um acontecimento local ou regional chegar a todos da nação é preciso que tenha força para alterar os rumos do País. O mesmo ocorre quando da análise das notícias internacionais que para entrarem na pauta de determinado Estado precisa ter relação com os interesses nacionais.
- “Quantidade de pessoas que o acontecimento (de facto ou potencialmente) envolve” Nesse terceiro item dos critérios substantivos de noticiabilidade se avaliam duas vertentes. Em primeiro lugar o número mesmo das pessoas envolvidas, e, em segundo lugar a importância dos envolvidos.
- “Relevância e significatividade do acontecimento quanto a evolução futura de uma determinada situação”. Nesse caso a mídia cobre um evento que, supõe, terá seqüência.

Dos critérios relativos ao produto.

Essa classificação trata do processo de construção do produto e não do produto pronto. Nesse caso o primeiro ponto exposto é a acessibilidade do acontecimento para os jornalistas e quais as possibilidades de tratar tal acontecimento de forma a transformá-lo em uma notícia. Essa acessibilidade exige que o fato seja facilmente coberto sem requerer grande dispêndio de meios para a cobertura. O segundo ponto trata da atualidade, que segundo o autor, é um dos responsáveis pela construção da notícia. Para GANS, (*apud* WOLF, 2002) o padrão de atualidade utilizado pelos jornalistas não é referente apenas à proximidade temporal do acontecimento com sua data de publicação, mas trata do tempo entre a data do acontecimento e o momento em que o jornalista teve acesso a este, ou seja, o fato é considerado atual pelos jornalistas, que por isso o

consideram atual também para o público. O terceiro ponto citado é o da repetição. Quando uma notícia é considerada repetitiva ou semelhante à outra, não é noticiável. Falando do produto, GANS (*apud* WOLF, 2002) especifica três sub-critérios relativos à notícia. Focaremos o terceiro. O caráter exaustivo trata da capacidade do processo de conseguir levar ao produto final todos os pontos de vista sobre um determinado assunto. Ao finalizar suas considerações sobre os valores/notícia que tratam do produto fala-se do equilíbrio técnico que os veículos apresentam e que influem na construção do produto. Cita a necessidade de se apresentar um produto final que atenda a muitas regiões geográficas e a vários grupos. Isso exige uma divisão de tempo ou espaço que limita o trabalho dos jornalistas. O uso das estruturas da empresa de forma a criar um produto equilibrado também leva a distorções involuntárias.

Dos critérios de noticiabilidade relativos ao meio de comunicação:

O terceiro critério que estabelece um conjunto de valores/notícia são os relativos ao meio de comunicação. Este critério aplica-se, mais especificamente na televisão, o que o torna menos importante para nossa pesquisa. Entretanto são citados valores/notícia como a questão de imagens e material ilustrativo para as matérias. Essas observações podem ser aplicadas no caso do jornalismo impresso.

Dos critérios relativos ao público:

O quarto conjunto de valores/notícia estudados analisa como o público, ou os que pensam sobre ele, estabelece/estabelecem porteiras para os fatos se transmutarem em notícia. Logo no primeiro parágrafo o autor fala que os valores/notícia referentes ao público tratam não exatamente do público, mas da visão que os jornalistas tem deste.

Dos critérios relativos à concorrência:

O último critério, dos cinco estabelecidos como divisores dos valores/notícia são os relativos à concorrência. A competição gera expectativas recíprocas. Dessa forma um veículo pode publicar uma notícia por achar que o concorrente vai fazê-lo.

2.3. As rotinas de produção

Os valores/notícia, expostos acima, fazem parte de um intrincado sistema organizacional. O autor analisa a utilização desses valores/notícia com base nas routines produtivas, ou seja, a forma como o sistema se racionaliza e repete suas ações. Essa repetição ou rotina é necessária

para padronizar as ações dos jornalistas ao lidarem com as informações. Este sistema separa a produção das notícias em três partes. Cada um deles tem suas próprias rotinas. A divisão se dá em recolha, seleção e apresentação.

Na fase de recolha do material informativo, a visão muito difundida na cultura dos jornalistas choca com a realidade da profissão. Os profissionais afirmam ser o repórter que vai em busca da informação. Para WOLF (2002) ocorre o contrário. A notícia é que vai até o jornalista. O autor firma sua idéia em GOLDING – ELLIOTT. Ele explicita que mesmo os grandes veículos utilizam-se com muita frequência de material produzido por agências, assim a notícia vai até a redação. Deixa claro também que a recolha é factível de forma proporcional aos recursos de que dispõe o veículo. As fases de recolha e estruturação do material informativo funcionam de forma simultânea, pois a recolha se verifica através de fontes estáveis que normalmente fornecem material informativo fácil de ser trabalhado e inserido na publicação. A necessidade de se preencher o espaço exige que as redações tenham um bom material já agendado com antecedência. Para que os veículos tenham segurança de que o jornal vai estar nas ruas no horário previsto, cria-se uma série de fontes permanentes que dá essa segurança, estas sempre têm informações. Esse sistema de fontes fixas permitem uma espécie de pré-agenda.

2.4. Os fornecedores: as fontes.

Parte importante do processo produtivo das rotinas são as fontes, que aqui denominamos de fornecedores, por serem responsáveis por fornecer material às redações. Elas são vistas pelos profissionais da comunicação como menos importantes que eles próprios. Sobre as fontes são classificadas como fontes propriamente ditas e fala também das agências de informação. Embora veja ambas como fontes, faz distinção entre elas. As agências produzem material já pronto, trabalho já executado. As fontes propriamente ditas são representantes da instituição ou tem relação com o fato que está no núcleo da notícia ou da qual se precise de informações.

Para descrever a relação das fontes com os jornalistas SCHLESINGER (*apud* WOLF, 2002, p. 223) afirma ser esta “o exercício do poder sobre a interpretação da realidade”. Este relacionamento não se dá de forma linear. O jornalista não capta a informação com a fonte e repassa para o público. Esse relacionamento compara-se com o jogo da corda, onde cada um puxa pra um lado e o mais forte vence. Dois pontos concorrem para definir quem/o que/ quais/ pessoas

ou instituições são fontes: a estrutura social de poder existente e as exigências do processo produtivo. Para WOLF as fontes que se situam à margem dessas possibilidades não influem na cobertura informativa. GANS, (*apud* WOLF, 2002, 224) detalha:

Aqueles que detêm o poder económico ou político podem, facilmente, ter acesso aos jornalistas e são acessíveis a estes; aqueles que não tem qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até as suas ações produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos.

Ele ainda compara a relação de aproximação das fontes e dos jornalistas a uma dança onde ambos tentam se aproximar um do outro, mas todos querendo tirar o máximo proveito dessa relação. Do ponto de vista da fonte, o autor diz haver quatro fatores relevantes para que os pares de dançarinos se formem ou não: os incentivos, o poder da fonte, a sua capacidade de fornecer informações credíveis e a proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas. Dos quatro, o determinante é a posição geográfica, os demais são acessórios. Sobre as informações credíveis WOLF crê que se referem mais às instituições e atribui maior vantagem a quem dispõem de melhor estrutura para informar os jornalistas.

Do outro lado do salão, o jornalista também estabelece rotinas e padrões para selecionar suas fontes. São cinco os critérios: a oportunidade antecipadamente revelada, a produtividade, a credibilidade, a garantia e a respeitabilidade. A oportunidade de informação antecipada pode tornar uma fonte esporádica em regular. A produtividade está ligada normalmente aos órgãos oficiais, pois permitem ao jornalista trabalhar sem recorrer a demasiadas fontes complementares. Sobre a credibilidade WOLF (2002, p. 225) diz:

O factor credibilidade está ligado à observação anterior: do ponto de vista dos jornalistas, as fontes devem ser tão credíveis que a informação fornecida exija o mínimo possível de controlo. Caso contrário, a notícia teria de ser verificada a partir de, pelo menos duas fontes diferentes.

Ainda sobre credibilidade GANS (*apud* WOLF, 2002) afirma que as fontes oficiais são consideradas mais credíveis, pois não podem permitir-se mentir abertamente e porque são consideradas mais persuasivas por suas ações representarem o ponto de vista oficial.

FISCHMAN (*apud* WOLF, 2002) diz que o repórter confia em uma rede de fontes que vai desde organismos e grupos formalmente constituídos até associações de moradores, passando por

agências federais. Essa rede permite as empresas de comunicação burocratizar e sistematizar seu trabalho. A busca de fontes fora dessa rede pode impedir a produção, visto que o repórter não tem tempo hábil para encontrar outras fontes. Fontes estranhas fornecem informações que precisam ser checadas, isso atrasa o trabalho. Se as informações se chocarem, a situação fica mais complexa, pois o jornalista não tem bagagem suficiente para julgar o tema e não tem tempo para fazer as devidas comparações. Esse relacionamento dos jornalistas com as fontes é citado por WOLF, (2002, 229) como um dos principais fatores responsáveis pela distorção involuntária que não pode ser imputada a determinações ideológicas ou a manipulação consciente, mas a “um conjunto intrincado de causas cuja lógica principal é possível reconstituir, mas em que é bastante difícil individualizar numa ordem de prioridades”.

2.5. A Fase Final

A terceira e última etapa da produção da notícia também aparece interligada às duas anteriores. Seleção ou recolha, a estruturação e a apresentação se ligam e formam o processo. Nesse sentido, quando o jornalista recolhe seu material, ele já pensa no formato final, ou seja, recolhe o que julga necessário: frases feitas, pontos altos dos discursos, imagens fortes e outros que este crê poderá chegar à reta final e se estampar nas páginas do veículo. Na recolha, segundo Wolf pensa-se na estruturação e na apresentação. O mesmo ocorre na estruturação. Nessa fase, onde se trabalha para a apresentação, ocorre a reorganização da informação, sua recontextualização. Se nas fases anteriores o sistema desmonta a informação e a retira de seu contexto para industrializá-la, na apresentação faz-se o inverso. A disposição dos dados nas páginas, sua forma de organização em relação a outras notícias, o destaque dado a determinada fala ou fato dentro do acontecimento, tudo isso faz parte da apresentação e segue, como todo o processo, seus critérios, seus valores. A notícia é assim a ênfase das ênfases, visto que apenas o essencial é apresentado depois de concluído o processo.

3. A OPINIÃO PÚBLICA

Após apresentar os conceitos sobre a relação mídia-sociedade-economia-Estado passaremos à exposição da sociedade e sua opinião. Para HABERMAS (2003) *opinião pública* é

a formação de conceitos que guiam a *praxis* e são formados sobre o raciocínio público lógico a partir da publicidade de informações determinadas. Esta *opinião pública*, na análise desse pensador, se forma na esfera pública burguesa e representa o resultado de um pensamento elaborado a partir de dados e informações postos diante do público para debate. Este autor descreve a estrutura de formação da *opinião pública* como sendo vertical. A *opinião pública* se constrói verticalmente dos grupos socialmente mais elevados para as camadas sociais da parte de baixo da pirâmide. Os líderes de opinião costumam ser mais ricos e tem mais informações, conhecimentos, acerca da estrutura da sociedade em que está inserido, dispõem também de uma posição social melhor que os grupos influenciados por eles. Ele analisa a esfera pública burguesa como espaço de formação da *opinião pública*. Deixa de fora, portanto os elementos que não compõem a burguesia. Nesse sentido THOMPSON (1998) discorda de Habermas ao afirmar que o pensador alemão, ao deixar de fora de seu raciocínio os movimentos sociais e os demais elementos que não compõem a burguesia, ou a ela se opõem, não consegue uma compreensão completa do processo formador da opinião pública. Habermas define a burguesia como os portadores de poder que se encontram na elite econômica e política e mais que isso, são reprodutores do pensamento burguês ou liberal. Na visão desse autor os grupos elitistas – político e econômico – que se agregam em torno desse pensamento e tradições são os construtores da opinião pública. Nesse ponto Habermas é contestado por Thompson.

Sobre a formação da opinião pública, CORRÊA (1988) vê uma complexidade que não aparece em HABERMAS (2003). Ele afirma que há na sociedade esferas de pressão política sobre a opinião pública – conceitos já formados, mas passíveis de mudanças - e em consequência de tais pressões há reações sociais da opinião pública no ajustamento dos interesses privados. Entenda-se privados não como individuais, mas como grupos. Ele cita como elementos de pressão sobre a opinião pública, os seguintes: as classes produtoras que exercem pressão econômica, perspectivas do futuro que exercem pressão psicopolítica, necessidades sociais que exercem pressão psicosocial, as classes trabalhadoras que exercem pressão social, as classes agregadas que exercem pressão política e a tradição e os costumes que exercem pressão cultural. Essas forças formam a opinião pública que regula o interesse público. Assim, em consonância com Habermas compreendemos que a opinião pública tem na burguesia um espaço privilegiado de formação e pressão por ter esta, melhores condições materiais de elaborar um raciocínio lógico. No entanto discordamos de Habermas acerca da afirmação de uma opinião pública

formada de modo vertical na sociedade. Apesar de os espaços públicos burgueses mais elevados poderem ter mais força que os demais, vale ressaltar que não é possível, a partir desses autores, concluir se as forças de influência da burguesia tem realmente mais poder na formação da opinião pública do que as demais forças. Mesmo conhecendo a força dos movimentos sociais ou grupos de pressão não burgueses em questões pontuais acreditamos que na maioria das questões postas para o debate público a burguesia tem mais poder. Reconhecemos isso, em consonância com WOLF (2002) que diz ser possível que grupos fora do círculo de poder, burguesia, consiga colocar suas causas no centro dos debates públicos. Entretanto tal fato constitui exceção.

A imprensa obviamente faz parte desse jogo de formação da opinião pública, Habermas a vê como mera transmissora de propaganda. Para este autor a imprensa não participa do debate público como fonte, tem apenas a função de retransmitir o que a fonte pensa. Nesse contexto a imprensa tem o papel de publicizar¹ os fatos para o público responsável por formar a *opinião pública*. Ressalte-se que o pensador alemão não faz uma análise da imprensa. A publicização dos fatos para ele “era um princípio da democracia não só porque nela, em princípio, cada um tinha o direito de apresentar com igual chance as suas preferências, os seus desejos e as suas concepções pessoais – *opinions*; ela só podia ser concretizada à medida que essas opiniões pessoais podiam evoluir para uma opinião pública no raciocínio de um público – tornando-se *opinion publique*” (HABERMAS 2003, p. 255). Posto o papel importante que a publicidade tem na formação da opinião pública, ele a aponta como sendo essencial para que o público tenha acesso às informações que lhe permitirá debater e pensar sobre determinado tema. As interferências nesse sistema de tornar pública, dar publicidade, às informações cria o que o pensador alemão chama de opinião não pública.

A Opinião não pública se forma a partir de interferências e manipulações realizadas no debate público. Aqui Habermas pode ser complementado por WOLF (2002). Se o primeiro não se aprofunda na questão da imprensa o segundo o faz e reconhece uma série de interferência na publicidade dos fatos através da imprensa. Quando Wolf afirma que os jornalistas não atendem o público no que ele quer ou no que precisa, mas no que estes profissionais pensam que o público precisa, HABERMAS (2003, p. 255) diz, acerca das interferências que:

A rigor, através desse procedimento não se garantiria sequer o bem estar. Pois a uma opinião não pública indiretamente determinada faltaria, além do marco da autonomia, o da racionalidade enquanto tal. Por melhor que sejam

intermediados os motivos às camadas mais amplas, satisfazê-los não oferece ainda nenhuma garantia de que correspondam aos interesses objetivos delas.

3.1. A Notícia Como Fonte de Lucro

HABERMAS (2003) fala da relação da *opinião pública* com o Estado quando este tenta atender o público sem ouvir a *opinião pública*, tentando inverter o processo democrático onde a *opinião pública* deveria interferir nos rumos do Estado e não o contrário. Ele lembra que não é suficiente usar a propaganda para que as imagens se cristalizem, para isso é preciso realizações. Observamos que este autor crê no controle do Estado pela opinião pública, entretanto afirma que essa ação do indivíduo com o Estado não é, num primeiro momento, a participação política, mas um posicionamento genérico de demanda que espera atendimento sem querer propriamente impor decisões. O contato com o Estado transcorre essencialmente nos quadros administrativos e de sua periferia. Ele é apolítico e indiferente no que se refere aos rumos ideológicos que o poder toma. Entretanto é repleto de pretensões. O cidadão não quer lidar com as questões subjetivas do poder, mas se interessa pelas ações do Estado que lhe trarão mudanças materiais. Para a formação da opinião pública esses dois pontos se encontram. Para o autor a representação do povo se efetiva através das grandes organizações. Tais organizações vão de sindicatos a associações representativas e a imprensa, no momento em que esta assume o papel de transmissor, publicizador de fatos e reivindicações. Se, por um lado, a imprensa pode contribuir para o controle do Estado pela população ao publicizar os atos deste e as opiniões que formaram a *opinião pública*, por outro lado, o Estado também pode utilizar a imprensa para influir na formação da *opinião pública* na tentativa de criar uma opinião não pública. Nesse sentido RAMONET (2001) concorda com WOLF (2002) ao analisar a construção da notícia e diz que a construção desta pelo sistema de mídia permite ao Estado fazer o que o autor classifica como “censura democrática”, na qual o Estado consegue, através das assessorias de imprensa, produzir informações. As informações são construídas pelas fontes, pelos profissionais de imprensa, por profissionais de relações públicas e por assessores de imprensa. Um Estado com bons assessores tem um poder extraordinário na formação do produto final que vai para o público.

RAMONET (2001) afirma que os grandes Estados democráticos se esmeram no controle das imagens através de uma censura “democrática”, que se realiza através de mentiras, artifícios e

silêncios. De acordo com esse autor, desde a guerra do Vietnã, os Estados maiores e os órgãos públicos se cercaram de pessoas ligadas à imprensa e de assessores de comunicação. Esses profissionais têm o objetivo de praticar a versão moderna da censura, entendida como sendo a produção de informações e versões oficiais para os jornalistas. Esse tipo de material facilita o trabalho do jornalista que, diante dos dados oferecidos, não busca conhecer o fato ou fazer comparações, mas passa para o receptor a informação que recebeu.

Ao dar uma notícia a respeito de morte causada pelas forças responsáveis pela manutenção da ordem, por exemplo, os jornais podem justificar ou não a ação da polícia e participa da construção da opinião pública a esse respeito. Nessa relação de construção da opinião pública GARCIA (1990, 6) diz que há duas formas de se impor uma idéia: a ameaça e o convencimento, “a atividade persuasiva mostra-se desde logo, indispensável. Torna-se necessário obter consenso suficiente para afrouxar a repressão e, inclusive, legitimá-la nos casos em que não pode ser evitada”. No caso das notícias de morte de civis por Policiais Militares não há mais tentativa de persuasão para a manutenção da ordem, mas apenas para justificar o uso da força.

Sobre essa relação do uso da força e da manutenção do poder e da ordem estabelecida ARENDT (*apud* Faleiros 2004, p. 88) afirma que o poder se estrutura no processo de legitimação – para Habermas a legitimação se dá no espaço da *opinião pública* - e Arendt continua: “o domínio através da violência pura vem à baila quando o poder está em vias de ser perdido”. Embora poder e violência sejam distintos, geralmente apresentam-se juntos. A tese da autora coloca a distinção e até a oposição entre violência e poder, considerando a primeira como instrumental. Ainda em Garcia (1990,6) temos que, “O processo persuasivo, freqüentemente, envolve um sistema de controle ideológico em que se impede a difusão e obtenção de certas informações, ou se dificulta a análise e compreensão do que é divulgado”.

É essa disputa que vai para as redações e para a construção das notícias. Sem um controle social dos cidadãos, o Estado, sem poder de controle pacífico, apela para a força – instrumento de controle – e em seguida para a justificação do uso da força para justificar a ausência de poder. De tal justificativa depende a imagem da administração, do governo, do próprio Estado e do modelo social.

Ao lidar com essas informações, as empresas de comunicação, que vão participar na construção da opinião pública, pensam sempre em sua racionalidade econômica: diminuição de custos e maximização de lucros, objetivo maior de qualquer empresa no sistema liberal, conforme

FRIEDMAN (1975). Um editor não pode permitir que suas concepções pessoais, aí incluídas obviamente as políticas, interfira em suas decisões do que publicar ou não, pois seu objetivo maior é o retorno do investimento financeiro aplicado no mercado. Como se observa a economia tem grande controle sobre o que se publica na imprensa. No estudo em linha, a interferência estudada terá como foco o Estado, pois, no Tocantins, é provável que o maior anunciante, e que exerce o maior poder econômico, seja o governo estadual. No neoliberalismo, ainda baseados em Friedman as questões econômicas se sobrepõem às políticas. Aqui encontramos dois motores influentes da produção das notícias. O primeiro é relativo à utilização de material das assessorias de imprensa na intenção de economizar recursos humanos e materiais e o segundo diz respeito à produção de material que não cause dificuldades políticas no relacionamento com o Estado, que podem levar também a problemas econômicos.

HABERMAS (2003) vê a publicidade como forma de garantir a formação da opinião pública e atribui aos publicizadores⁴ responsabilidades além das econômicas, Friedman vai em sentido oposto ao determinar que no sistema liberal as empresas não podem se atribuir outras responsabilidades que não a de obter lucros. Ele afirma:

Há poucas coisas capazes de minar tão profundamente a liberdade do que a aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que a de não fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas. Trata de uma doutrina fundamentalmente subversiva. Se homens de negócios tem outra responsabilidade social que não a de obter o máximo de lucro para seus acionistas, como poderão eles saber qual seria ela? Podem indivíduos decidir o que constitui o interesse social? Podem eles decidir que carga impor a si próprios e a seus acionistas para servir aos interesses sociais? É tolerável que funções públicas como imposições de impostos, despesas e controle sejam exercidas pelas pessoas que estão, no momento, dirigindo empresas particulares escolhidas para estes postos por grupos estritamente privados? Se os homens de negócios são servidores civis e não empregados de seus acionistas – então numa democracia eles serão, cedo ou tarde, escolhidos pelas técnicas de eleições e denominações.

FRIEDMAN (1975, p. 118)

O pensamento neoliberal crê que o Estado deve se abster de todas as ações que podem ser executadas por agentes privados inclusive a imprensa. Assim, a imprensa é de inteira responsabilidade da iniciativa privada. Porém as atividades de segurança interna são de

⁴ Este termo refere-se à publicidade dos fatos, no sentido de torná-los públicos, como por exemplo, o determinado na constituição Federal, Art. 37 *Caput*.

responsabilidade do Estado, ou seja, em nossa pesquisa temos, segundo o pensamento neoliberal, a relação de entes privados – imprensa – com entes estatais – forças de segurança interna – com todas as implicações políticas e econômicas envolvidas nessa relação. A Constituição Federal em seu Art. 37, *caput*, determina que a todos os atos do poder público se deve dar publicidade, essa publicidade deve se dar, na lógica neoliberal, através do sistema privado de comunicação. Isso implica em que, ou o Estado compra espaço nos meios privados para publicizar seus atos ou os veículos privados vão contra seus princípios liberais e assumem responsabilidade social.

4. POLÍCIA, IMPRENSA, SOCIEDADE

SCHMUCLER (*apud* SILVA, 1985, 65) afirma que “quer o cientista goste ou não, sempre sua ciência se vincula a uma política. E queira ou não, toda política condiciona uma ciência”. Ao sair para o campo na intenção de proceder às investigações, mesmo guiados pelo método científico, não se pode negar que a pesquisa tem um lado claramente definido. A intenção de proceder essa pesquisa vem de muito tempo, mesmo antes do início da graduação. A convivência com a violência e a não reação a esta por parte das comunidades com as quais convivemos ou a reação com outras formas de violência sempre nos despertou não apenas a indignação, mas o desejo de entender tais situações. Portanto, para se chegar até aqui onde se iniciou esta pesquisa, quem a executa vem de um lado, o lado das vítimas. Mesmo não sendo vítima direta da ação repressora do Estado, através da Polícia, muitos como nós vimos essa violência se apresentar através de amigos, familiares e membros da mesma comunidade. O fato de tal violência ocorrer com seres humanos em qualquer parte do mundo seria o suficiente para despertar o interesse pelo tema. Porém sua proximidade provoca paixões que, em se crendo na ciência pura, limpa, técnica, impede a pesquisa. Mas ancorados em SILVA (1985), afirma-se deste trabalho que o mesmo não pretende alicerçar-se nos princípios da neutralidade científica.

A exposição da pesquisa em campo está dividida em três partes: polícia, sociedade civil organizada e imprensa. Nas duas primeiras partes tem-se uma fundamentação bibliográfica seguida da exposição das pesquisas de campo com nossas observações. Na terceira parte colocamos os dados observados na pesquisa de campo seguida das conjecturas.

4.1. A violência policial

“Os homens têm menos escrúpulo de ofender quem se faz amar do que quem se faz temer. Pois o amor depende de uma vinculação moral que os homens, sendo malvados, rompem; mas o temor é mantido por um medo de castigo que não nos abandona nunca”. (Maquiavel *apud* GRUPPI, 2001, 12).

Com essa citação d'O Príncipe de Maquiavel, Gruppi embasa sua idéia de que o Estado moderno funda-se no terror. Tomando por base o Estado brasileiro e em consonância com BENVENUTO Jr. (2004) concordamos com Gruppi. Para Benvenuto o medo tem sido utilizado por justiceiros, torturadores e matadores em geral, quer sejam ou não agentes do Estado, como

arma para coagir remanescentes e testemunhas na intenção de impor entraves à perpetração da justiça.

Para FALEIROS (2004), vai, além disso, esse autor afirma que o medo e o terror tem sido formas usadas para manter a ordem social. Para ele, na época da ditadura, o terror policial visava erradicar qualquer tentativa de forma de reação da população. O autor completa falando das chacinas atuais que em geral atingem jovens negros da periferia que tenham ou não ligação com o crime organizado. Estas impõem a ordem pelo terror. As chacinas, em sua maioria, são de responsabilidade de grupos de extermínio. Estes grupos envolvem policiais, traficantes e comerciantes. Estes, através do medo e do terror implementam a manutenção da ordem social. Esta ordem nem sempre é a mesma estabelecida pela legalidade, mas tem determinações próprias, não apenas por haver justiceiros à margem dos tribunais, mas pela manutenção de uma ordem do dia a dia que não a legal. Estes grupos sociais constroem normas próprias visto que a lei não os alcança. Dessa forma, agentes do Estado ou seguranças particulares podem impor ou manter, em determinadas regiões, uma ordem social à margem da lei. Essa marginalidade à lei pode tratar-se de uma ordem moral, mas não legal, que se estabelece, ou apenas referir-se aos métodos. Utiliza-se de métodos ilegais para manter normas sociais estabelecidas pela lei. Servem como exemplos casos em que a polícia espanca suspeitos de pequenos furtos – método ilegal – para manter a ordem legalmente estabelecida, a proibição de furtar.

Assim – tendo os agentes de segurança do Estado como responsáveis constantes pelo desrespeito à lei – faz-se necessário que estejam sob constante vigilância da sociedade. Para tanto é necessário que permitam às comunidades a que servem que lhes inspecione. Essa inspeção precisa estar racionalizada e legalizada. Tal racionalização e legalização faz-se necessária, pois o Estado é comunitário, ou seja, está sob controle coletivo. Uma fiscalização dos órgãos de segurança realizada de forma desorganizada e não determinada em lei ou consenso coletivo expõe os agentes de segurança a vontades individuais podendo inclusive serem instrumentalizados por quem os fiscaliza. É preciso, assim, que a coletividade determine como a polícia deve lhes prestar contas. A comunicação aqui necessita de caminhos éticos e principalmente, faz-se necessário uma comunicação – apresentação do trabalho da polícia - ao alcance do entendimento do povo.

De acordo com BICUDO (2001), a Polícia Militar tem por responsabilidade realizar a segurança, a fiscalização ostensiva. Essa função de fiscalização coloca o policial militar na

mesma situação dos *estacionarii*, cidadãos que ficavam estacionados, parados em pontos determinados fiscalizando a conduta dos demais moradores na Roma antiga. No Brasil a Constituição Brasileira determina em seu Artigo 144 *caput* que a Segurança Pública é de responsabilidade de todos, assim qualquer pessoa que esteja observando o Brasil pode verificar um crime e comunicá-lo à polícia. A PM é a primeira a ser comunicada, eles também circulam pelas ruas e espaços públicos estatais vigiando a conduta dos cidadãos. Cria-se dessa forma um ciclo onde a Polícia vigia os demais cidadãos e estes vigiam o trabalho da Polícia. THOMPSON (1998) diz que a adoção da democracia como forma de governo implica um certo compromisso com a visibilidade do poder. Por estar sob controle coletivo o poder precisa estar sob os olhares de todos. A participação popular realiza-se, dessa forma, quando o poder está não apenas nas mãos do coletivo através de processos de escolha como o voto, mas quando este coletivo entende e controla o poder, quando manuseia-o. Portanto a visibilidade e compreensão do poder é essência da democracia.

Nesse trabalho, focamos nossa observação na visibilidade da Polícia Militar do Estado do Tocantins proporcionada pela própria Polícia, pela imprensa privada e pelo movimento de luta pelos direitos humanos. Procura-se aqui entender como a visibilidade contribui para o manuseio do poder pela população. De que forma esta visibilidade permite o exercício do poder popular. Para observar a comunicação – visibilidade – da PM-TO foram realizadas duas entrevistas em dezembro de 2006 com um jornalista da assessoria de comunicação da Polícia Militar do Estado do Tocantins e a diretora dessa assessoria.

4.2.1 PM-TO

A Polícia Militar do Estado do Tocantins, PM-TO, foi criada em 1.988 com a criação do Estado do Tocantins. É a única corporação militar estadual criada com a Constituição de 1.988 já em vigor. Ao ser criada, a PM-TO incorporou os membros da Polícia Militar do Estado de Goiás, PM-GO, que atuavam na região do atual Estado do Tocantins, assim como policiais militares da PM-GO que atuavam fora dessa região, mas que se transferiram para o novo Estado. Apesar de oficialmente criada em 1.988, a estrutura da PM-TO existia antes do próprio Estado, portanto, compartilha da história das demais PM's das outras unidades federativas.

BICUDO (2001, 188) diz que o atual modelo das polícias militares foi instituído pelo Decreto nº 1.072, de 30 de dezembro de 1969 e confirmado pelo o artigo 144, §§ 4º, 5º e 6º da Constituição Federal de 1.988. O Decreto de 1969, editado pela Ditadura Militar extinguiu as guardas civis em todo o País, anexando-as às forças militares estaduais existentes, chamadas genericamente de “forças públicas”. Depois de criadas, as polícias militares se integraram ao poder central. Ficaram sujeitas, no âmbito de sua organização, planejamento, armamento e comando à Inspetoria das Polícias Militares, órgão do Estado Maior do Exército. A função daquela força de segurança, então, era atuar na luta contra quantos, “pessoalmente ou participando de organizações extralegais, se opunham à ditadura militar e almejavam uma opção democrática para o Brasil. A Polícia Militar foi, dessa forma, treinada e organizada para o combate a essas pessoas ou grupos e constituía-se numa polícia do Estado, na defesa da chamada segurança nacional”.

Com o fim da Ditadura Militar a PM deixou de perseguir os criminosos políticos⁵ e passou a se responsabilizar pelo policiamento ostensivo. A Polícia Militar do Tocantins matou pelos números da PM-TO quatro⁶ cidadãos tocaninenses no ano de 2004. Estas mortes são comunicadas a várias instâncias fiscalizadoras: à corregedoria, à família da vítima, à justiça, ao ministério público, à polícia civil e a sociedade. Todas estas instituições, aí incluída a sociedade, tem garantia legal do direito a esta informação. No caso da sociedade esse direito é garantido pelo Artigo 37 *caput* da Constituição Federal que determina que todos os atos do Estado são públicos, a não ser por determinação judicial ou lei específica. Aqui observaremos apenas a comunicação dos atos da PM à sociedade.

4.2.2 A comunicação na PM-TO

A PM-TO se comunica com a sociedade tocaninense através de eventos, dia da independência, por exemplo, pelo sítio na internet, www.to.gov.br/pm, através da linha telefônica 190, por sua assessoria de imprensa e pelos meios burocráticos que exigem maiores formalidades,

⁵ Cabe aqui ressaltar a posição de SILVA (2001) quando este afirma que é função da polícia manter a ordem, mas é preciso antes verificar como esta ordem foi construída e se é vontade da sociedade brasileira mantê-la. Ou corremos o risco de tentar manter uma sociedade autoritária e uma polícia democrática. O autor vê assim a polícia atuando de forma política ainda hoje visto que ao manter uma ordem autoritária contribui para a manutenção do status quo do atual modelo político.

⁶ Dados referentes ao interior do Estado.

como solicitações através de documentos oficiais. Segue uma descrição de cada um desses meios, entretanto debruçamo-nos sobre a assessoria de imprensa, pois é esta que está em contato com a imprensa, objeto de nossa observação.

Quanto aos eventos, onde os soldados desfilam, as informações passadas à população restringem-se à demonstração de organização e disciplina da corporação. Thompson (1998) chama tais situações de administração da visibilidade de co-presença. Este autor define visibilidade de co-presença como a visibilidade que prescinde dos *Mass Media*. A que é realizada com emissor e receptor face a face. Salientamos que, na visão de THOMPSON (1998), na administração da visibilidade há sempre uma tentativa de esconder do público os pontos fracos da autoridade.

A linha 190 atende às chamadas de emergência e presta todo tipo de informação que não exige formalidades maiores como pedidos por escrito.

O sítio da Polícia Militar do Tocantins está dividido em três partes: Institucional, Publicações e Denúncias.

Além dos eventos, linha 190, sítio na internet e informações requeridas por escrito com maiores formalidades, a Polícia Militar tem também uma Assessoria de Comunicação. Esta é responsável pela organização dos eventos, pelo sítio na internet e pelo relacionamento com a imprensa. Esta assessoria de comunicação funciona junto ao Comando Geral da PM-TO, e conta com duas jornalistas e dois jornalistas, sendo uma chefe de civis, um designer e dois assessores. Trabalham ainda na sessão duas militares que são jornalistas e uma que está cursando o último período de jornalismo, além da sub-chefe que é militar, capitã, e a chefe da sessão que também é militar, tenente-coronel. A assessoria conta também com uma equipe técnica, que não foi descrita em detalhes pelos entrevistados, responsável por captação de imagens. Para entender como funciona a comunicação na Polícia Militar observamos o sítio da corporação e realizamos entrevistas⁷ com dois membros da equipe de comunicação da PM-TO.

É possível verificar pela entrevista com a chefe da assessoria que a Assessoria de Comunicação da PM-TO não define as políticas de comunicação da instituição e que estas definições, se existem, não estão claras. Todo o trabalho é feito de acordo com a experiência profissional e pessoal de cada um. Não existem padrões definidos de como agir para divulgar os fatos que a lei determina que sejam divulgados. A chefe da assessoria afirma ser necessário

⁷ Todas as entrevistas estão disponíveis no apêndice A.

planejar a assessoria de forma a se saber que atitudes tomar nos casos de crise. Indagada se existe planejamento para o departamento de comunicação agir em caso de crise ela diz: “Não, não tem, (definições de padrões de ação em caso de crise) a gente até busca eu estava vendo com o pessoal da secretaria da cidadania [...] e a gente precisa fazer um estudo pra saber, pra definir aconteceu vamos fazer assim, vamos agir assim”⁸.

Outro ponto que confirma tal conclusão de que não há padrão nas ações é a entrevista com um dos assessores de imprensa que afirma que algumas informações não são acessíveis à assessoria de comunicação, e desconhece quais os critérios de classificação de informações acessíveis e não acessíveis. Restringe-se a afirmar que tais informações – as não acessíveis – são informações de estratégia, porém não há uma definição clara do que é informação de estratégia. A primeira fala do assessor de imprensa: “O que passa pra gente, por exemplo, (pega um papel com anotações, mas não o mostra), igual aqui, isso aqui é o que nos chega são as ocorrências que acontecem, a agente passa na integra. A gente não omite, a gente informa, a gente não esconde a gente informa”. Com essa fala pode-se entender inicialmente que o único critério de divulgação das informações da PM-TO é liberar toda e qualquer informação. Porém, na seqüência da entrevista o jornalista diz que determinadas informações não são abertas. Abaixo parte da entrevista:

Entrevistador: Você disse que tem informações que são restritas....

Assessor de Comunicação da PM-TO: Não. (eleva o tom de voz). Não tem informações que são restritas, todas as informações que caem aqui, que caem no SIOP (sistema informatizado, espécie de banco de dados da PM), o SIOP é o seguinte é o sistema integrado: polícia civil, polícia militar, guarda metropolitana ta? Todas as informações sobre segurança passa pra gente e aqui a gente distribui, a gente não omite nada. (eleva outra vez o tom da voz).

Mas... o que eu queria ver contigo é... nem todas as informações chegam até aqui? (assessoria de imprensa).

Todas as informações chegam aqui e (ainda com a voz alta como que para reafirmar) nós não omitimos nada, nada. O que você quiser saber a gente faz.

Você disse das questões de estratégias de ...

Não, não. Isso aí são questões de estratégia. São totalmente diferentes. (interrompido por um homem que entra na sala e o cumprimenta).

Eu queria ver contigo como se dá essa definição...

⁸ Entrevista disponível no apêndice A.

Não, não. Essas questões de estratégia é questões de comando isso aí a gente não participa, nós participamos das questões de comunicação tá? Que vai ser emissor e receptor isso aí a gente participa agora as questões de estratégia não. Isso aí é questão de comando é questão militar a gente não participa não são informações... (faz uma pequena pausa)

Não são informações pertinentes....

Não. Não é questão que são pertinentes. Isso aí são questões militar, questões militar é militar é igual qualquer organograma de administração pública né? Comunicação, administração, cada coisa no seu cada coisa né? Nós fazemos a comunicação, a gente não faz a parte de administração. Administração é comando, parte de segurança, parte de estratégia isso aí tem cada assessoria tem a sua determinação dentro do comando geral. Aqui, por incrível que pareça nós que somos jornalistas a gente olha assim e fala a Polícia Militar é fechada. Não é. Muito pelo contrário é muito aberta só que ela não omite por isso que ela é aberta. Você não esconde. Você não tem como esconder um fato. O fato é pra mostrar já tá mostrado.

Sobre essas informações de estratégia. É preciso que seja mantido certo sigilo sobre elas. Em algum momento não acontece um choque entre essas informações e o que a assessoria divulga ou precisa divulgar...

Não. Não. Não....não. É igual eu te falei. Essa questão de estratégia de segurança o nome já fala é estratégia de segurança nós só temos as informações quando é pra ser passada para a imprensa. O nome já fala estratégia de segurança nós não temos acesso a esse tipo de informação. Isso aí os militares que tem nós não. Nós temos quando eles nos passam e reunião de comando é só militares que participam civis não participam.

Essas são informações as quais vocês da assessoria não tem acesso?

Isso.

Pelas entrevistas verifica-se que ações de comunicação da PM-TO não têm definições claras. Uma das explicações para tal problema pode ser o fato de a PM-TO trabalhar a comunicação em dois setores separados, PM2 e Assessoria de Comunicação. O primeiro não foi investigado a fundo, mas é responsável por conseguir informações a respeito de fatos que podem tornar-se crime. A entrevistada, chefe da sessão, cita como exemplo as tentativas do serviço de informação, PM2, em prever a paralisação de trabalhadores e prevenir distúrbios possíveis por causa da greve. Silva (2001, 76) classifica esse tipo de trabalho de “arremedos de serviços de “inteligência”, com conceitos e práticas da chamada “informações e contra-informações” militares”, que foram acrescentados à polícia durante o regime militar. Ao invés de uma polícia técnica criou-se uma oscilação entre o aparato e o mistério, pronto para a adivinhação. O autor vai além e diz que em muitos casos há também o estardalhaço com a presença da imprensa, ou

seja, o serviço de inteligência da PM-TO investiga, função que não lhe cabe, e quando consegue qualquer tipo de informação tenta mostrar serviço através da imprensa. Não fica claro nas entrevistas se esse serviço de inteligência da PM-TO impede a divulgação de fatos legalmente públicos. Entretanto se as informações de estratégia, citadas pelo entrevistado, estiverem sob controle da PM2 este órgão se constitui em obstáculo para a plena finalização da Polícia Militar pela população. Porém não é possível verificar tais especulações pelas entrevistas. O que fica claro é que o departamento de comunicação desconhece os critérios, as políticas de Comunicação da PM, a tal ponto que não têm condições de esclarecer o trabalho e as ações da instituição. Isso se evidencia pela entrevista do assessor que não explica o trabalho da Polícia quando fala das tais questões de estratégia. Dessa forma confirmam-se as observações de Silva quando diz que os serviços inteligência das Polícias Militares do Brasil é um mistério. Mistério dentro da estrutura de poder pertencente à coletividade.

No que se refere, exclusivamente, à Assessoria de Comunicação, o assessor entrevistado afirma que todas as informações que chegam ao departamento de comunicação são publicadas, como consta na entrevista acima “todas as informações sobre segurança passa pra gente e aqui a gente distribui. A gente não omite nada”. Aqui verifica-se uma contradição entre o assessor e a chefe da sessão ela diz haver um filtro de informações também na assessoria, “dependendo do fato, aqui também filtra”⁹, afirma.

Ao falar das informações não publicadas pela assessoria, o assessor diz que só não se publica as informações referentes à estratégia. Aqui voltamos aos parágrafos anteriores quando tratamos da PM2. As tais informações de estratégia parecem ser um mistério mesmo para a assessoria de comunicação da PM-TO. Não é possível verificar se há uma tentativa voluntária, por parte da PM-TO, em dificultar o acesso a informações públicas. Mas há confusão na definição das rotinas¹⁰ de distribuição das informações. E os profissionais desconhecem os critérios de ação da Polícia. Vale lembrar o que CHAPARRO (1994, 71) afirma sobre as assessorias de imprensa: “por mais que se aproximem do interesse público, os jornalistas que ocupam as assessorias de imprensa são especialistas em técnicas e práticas comunicativas que preservam os interesses das fontes nos processos jornalísticos”. Dessa forma a PM-TO não permite sua total observação, seja por falta de técnicas adequadas ou proposital. Uma frase da

⁹ Entrevista disponível no Apêndice A.

¹⁰ WOLF (2002) define rotinas como a forma como o sistema se racionaliza e repete suas ações

Tenente-Coronel que comanda a comunicação exprime tal problema: “O jornalista, como sempre, na minha opinião, sempre quer saber a mais um pouquinho e as vezes a gente não pode passar tudo por uma questão de investigação e até por segurança diante dos fatos”. Nesse caso a organização dos critérios do que é uma questão de segurança ou de investigação também não foi esclarecida. THOMPSON (1998) diz que, na administração da visibilidade, há sempre uma tentativa de esconder os pontos fracos da autoridade. Tal manipulação exercida por uma instituição pública pode acarretar dificuldades de avaliação por parte da população que é quem fiscaliza, em última instância, a ação da polícia. De acordo com o Manual de Assessoria de Imprensa da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais de 1986 (*apud* CHAPARRO, 1994, 72) “A assessoria de imprensa agiliza e complementa o trabalho do repórter, subsidia-o e lhe oferece alternativas adequadas, garantindo o fluxo de informações para veículos de comunicação”. Tal atividade exige de órgãos públicos, especialmente os responsáveis pelo uso da força, que muitas vezes resulta na morte ou perda da liberdade, maior clareza em suas políticas de comunicação. Nessa parte observamos dois pontos: Clareza na comunicação, o que exigiria da Polícia Militar uma comunicação clara que permite à população observar seu trabalho e clareza na definição das políticas de comunicação. O primeiro ponto refere-se à liberação de informações para o público. O segundo às normas que coordenam essa liberação de informações. Muitos dados das forças de segurança por uma série de motivos precisam realmente ser sigilosos, entretanto é preciso que a população defina o que deve e o que não deve ser sigiloso.

4.3 O Movimento de Direitos Humanos

SOUSA Jr. (2004, 11), ao conceituar direitos humanos, a partir de documentos do Colóquio sobre Direitos Humanos na América Latina apresentado em 1.997 e promovido pela Fundação Danielle Mitterrand, afirma:

a história das declarações de direitos humanos não é a história de idéias filosóficas, de valores morais universais ou de instituições. É sim, história das lutas sociais, do confronto de interesses contraditórios. É o ensaio da positivação da liberdade conscientizada e conquistada no processo de criação duma sociedade em que cessem a exploração e opressão do homem pelo homem”.

DEMO (*apud* SOUSA, 2004, 21) diz que tal exploração tem como um de seus propulsores a pobreza política que se caracteriza pela “experiência da subalternidade, da imposição social e da injustiça vivenciada pelas classes populares no Brasil.” Afirma ainda que as classes populares se sujeitam a mecanismos históricos de opressão e são usadas como massa de manobra pela elite. Elite que, segundo tem como projeto cristalizar a marginalização dos pobres. Tal projeto funda-se no incentivo à ignorância popular.

Opõe a essa ação da elite a educação. Uma educação articulada com o combate à pobreza, que propicie “um saber pensar politicamente plantado, tendo como ancoradouros a organização coletiva e a emancipação”. Esta seria uma educação para os direitos humanos que, em ocorrendo, representa uma conquista política. Essa conquista se expressa na prática através do “controle democrático do mercado e do Estado”. DEMO (*apud* SOUSA 2004, 22), continua e, nesse nível, trata o conhecimento como efeito de poder. Ele vê uma dialética interna no conhecimento que pode tanto “sedimentar a emancipação humana” quanto “fabricar a ignorância”. O conhecimento pode, assim, ser instrumentalizado para imbecilizar através do “monopólio do saber, da censura e da reserva tecnológica”. Por outro lado pode também através do “manejo crítico e criativo” ser utilizado no processo de emancipação. A instrumentalização do conhecimento por parte da elite deixa as classes populares na situação de alienadas. Os mecanismos históricos usados para isso são muitos dentre eles:

políticas sociais clientelistas que atrelam benefícios ao voto, políticas educacionais insatisfatórias e contraditórias [...] funcionamento precário do associativismo em geral (sindicatos, partidos, associações, comunidades etc.), deterioração das identidades culturais que favorecem a participação popular.
DEMO (2004, 36)

O autor fala também da influência dos meios de comunicação em termos de oferecer pão e circo. KELLNER e THOMPSON (*apud* DEMO 2004, 50) complementam colocando que os meios de comunicação tem papel importante na alienação das classes populares incentivando a passividade da população “muito embora já não se aceite mais a tese frankfurtiana extremista da indústria cultural apenas imbecilizante”. Sobre a participação dos meios de comunicação no desrespeito aos direitos humanos SOUSA, (2004) os coloca na mesma lista dos organismos financeiros e econômicos, fundamentalismos e ideologia religiosas, corrupção e impunidade e grupos clandestinos de extermínio.

A questão do acesso a informação, tecnicamente falando, não é problema. Pelo pensamento de DEMO (2004) com a instrumentação da eletrônica é possível ter toda a informação que necessitamos e queremos. O desafio seria passar da informação à formação. A capacidade de se utilizar as informações para a promoção dos direitos humanos. Isso se aplica tanto às classes populares que podem receber as informações quanto à elite que, com o poder de distribuir a informação não o faz. O autor crê que entre os direitos mais fundamentais do ser humano está o direito de aprender que é o de conhecer. Sem esse direito não é possível exercer a cidadania. Tal direito a informação deve vir acompanhado da capacidade de interpretar e aplicar politicamente essas informações no sentido de ampliar os direitos humanos e fazer cessar a exploração do homem pelo homem.

WARAT (2004 p. 72) cita exemplo prático sobre a má utilização de informações e de conceitos relativos aos direitos humanos para manter as relações de exploração. Desde o discurso a nível internacional de nações que usam os direitos humanos para atacar outros. Até casos em que governos usam a desculpa de proteger direitos civis – direitos humanos – de determinadas classes para praticar terrorismo de Estado através das forças de segurança. Tais ações são acompanhadas e sustentadas por um “discurso extremamente idealista, sobre a prática, a natureza e sentidos de direitos humanos que acaba consolidando e formando parte do imaginário totalitário do pensamento já estabelecido”.

Ao falar da construção e reprodução do discurso que sustenta a manipulação das informações na desconstrução dos direitos humanos DANTAS (2004) comenta a manifestação de comemoração do aniversário de três séculos da morte de Zumbi que reuniu 30 mil pessoas em Brasília e foi ignorado pela mídia. Ele diz que é importante colocar as dificuldades em se reunir essa quantidade de pessoas negras no Brasil. O custo de uma mobilização de tal porte enfrenta as limitações materiais do Movimento Negro no Brasil mesmo assim recebeu o silenciamento da mídia. Ao falar do poder na sociedade de mercado DANTAS afirma que ela está ancorada no poder de destruição absoluta das armas, no poder totalitário do dinheiro como medida de todas as coisas. E, mais uma vez, chegamos à comunicação. Na participação desta na manutenção da sociedade de mercado e seu papel como obstáculo ao avanço dos direitos humanos agindo pelo sistema de propriedade privada na produção, controle e conformação simbólica e ideológica. O tripé armas-dinheiro-comunicação sustentam assim o que DANTAS chama de império global do capital que tem como determinação precípua a potenciação contínua e indefinida de todos os

meios de produção, consumo, controle e destruição. Tem-se assim a mercantilização de todas as esferas da vida que DANTAS (2004, 208) classifica da seguinte forma:

todas as esferas da vida social, todos os âmbitos da atividade humana, todos os povos, as nações, as culturas e as localidades passam a ser cada vez mais estritamente subordinados aos mecanismos de valorização e acumulação capitalista; vida e natureza, instrumentalizadas como forças produtivas, tornam-se simples meios, meros recursos, ali onde as leis de mercado se tornam o próprio fundamento de toda reprodução social e o desenvolvimento econômico sobre as leis de mercado a finalidade última da sociedade.

Esse controle que o capital exerce sobre o direito humano à informação exige do Estado clareza em suas políticas de comunicação. Tanto no que se refere às informações que controla quanto sob as quais pode vir a controlar, se o bem coletivo o exigir. A democracia para ser exercida em sua plenitude, com respeito aos direitos humanos – cessação da exploração do homem pelo homem – precisa de informação acessível.

4.3.1 CDHP: direitos humanos no Tocantins

O Centro de Direitos Humanos de Palmas (CDHP) foi criado em 10 de dezembro de 1995 e faz parte de uma rede nacional com cerca de 400 entidades. Essa rede nacional que existe desde 1982 denomina-se Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). No Tocantins há centros de direitos humanos nas cidades de Porto Nacional, Taguatinga, Gurupi, Cristalândia, Palmas, Araguaína, Araguaçu e na região do Bico do Papagaio.¹¹ O movimento iniciou-se no Estado a partir da cidade de Cristalândia com o Centro de Direitos Humanos de Cristalândia (CDHC) ligado à Igreja Católica e organizado pelo Bispo da Prelazia de Cristalândia Dom Eriberto.

O Centro de Direitos Humanos de Palmas organiza suas administrações em triênios e para o período 2006-2008 o CDHP tem como eixos de atuação:

- Educação.
- Articulações com entidades civis e grupos afins.
- Políticas públicas.

¹¹ Dados de 2004 que constam de entrevista disponível no apêndice A.

- Desenvolvimento institucional.
- Fortalecimento do Sistema de garantias de direitos.

A entidade tem atualmente sede própria com três salas, auditório e um carro. São quatro funcionários. Sendo: 1 secretário articulador e 1 financeiro, 1 recepcionista e 1 advogado.

Apesar de organizado nacionalmente com lutas que envolvem todo o País o movimento tem especificidades próprias em cada Estado. No caso do Tocantins os direitos humanos dos pobres são os mais prejudicados. Direitos como alimentação, moradia e trabalho são constantemente violados, outro problema apontado pelo secretário articulador do Centro de Direitos Humanos de Palmas Romeu Feix é o trabalho escravo, a polícia é citada por Feix como um outro obstáculo para a conquista dos direitos da população pobre. De acordo com o representante do CDHP a polícia muitas vezes se coloca a serviço da elite política e econômica do Estado. Elite classificada por Feix como “extremamente tradicional” e que “não promove políticas públicas para satisfazer os direitos humanos de sua população”¹². Quanto à polícia Feix ressalta ainda que apenas parte da instituição é utilizada pela elite como instrumento seu. Diz também que os dados disponibilizados pela Polícia Militar são de fácil acesso, porém não são verificáveis, ou seja, não é possível saber se são reais, pois não há fiscalização sobre eles, não estão totalmente abertos. Outro ponto citado por Feix ao referir-se à PM-TO é o avanço ocorrido quando a instituição inclui no currículo de formação de seus quadros o ensino de direitos humanos. Mesmo assim ainda há muitas denúncias de espancamento em todo o Estado.

Antes de ser, oficialmente, organizado o CDHP, os grupos que o organizaram realizaram levantamento das demandas de Palmas na área de direitos humanos. Feita a fundação oficial do Centro de Direitos Humanos de Palmas o trabalho da entidade se voltou para sua estruturação interna na intenção de promover suporte aos grupos e pessoas que tinham seus direitos violados. Com a captação de recursos externos o CDHP promoveu a capacitação de seus membros internos e associados. Em 1999 a entidade começou a obter destaque na conjuntura social palmense com a articulação de reuniões, promoção de pesquisas, encontros, palestras e seminários. Participou da articulação e formação de comitês sobre moradia.

¹² Entrevista disponível no apêndice A.

Tal atuação do Centro de Direitos Humanos exige que a entidade se comunique com a sociedade de forma a mudar a cultura, através do combate a conceitos, tradições e preconceitos. Abaixo as propostas de atuação do CDHP:

- Atuar na promoção e defesa dos direitos humanos da comunidade palmense em vista da construção da sociedade alicerçada na cultura dos direitos humanos e da paz.
- Lutar pela universalidade dos direitos humanos e pelo combate à pobreza, às desigualdades e todas as formas de exclusão, discriminação, opressão e violência.
- Participar na formulação e controle social das políticas públicas e pela ampliação da cidadania, na radicalização da democracia.
- Exigir eficiência e eficácia do Sistema de Garantia de Direitos.
- Combater a tortura e a violência policial.
- Combater a corrupção eleitoral.

Logo no primeiro ponto da lista encontramos o objetivo da entidade em construir uma cultura alicerçada nos direitos humanos e na paz. No segundo ponto fala-se do combate à discriminação e à opressão. Nos terceiro, quarto, quinto e sexto pontos partindo da idéia de radicalização da democracia e finalizando com o combate a corrupção eleitoral o principal para se atingir esses objetivos é a participação. O Centro de Direitos Humanos reconhece a necessidade de se trabalhar, se atuar, agir na sociedade para atingir esses objetivos.

Para atingir seus objetivos o CDHP usa vários meios na instrumentalização da informação. Dentre estes meios esta a denúncia por parte dos cidadãos e de outras entidades, diversas formas de relatórios e os meios de comunicação social. Feix afirma que as denúncias são comunicadas à imprensa e observa que algumas têm cobertura outras não. O CDHP faz também relatórios há vários órgãos com competência para agir, de acordo com o caso.

Ao participar de uma mesa de debates no I Seminário de Comunicação Popular do Estado do Tocantins em outubro de 2005 no Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Romeu Feix afirmou, em relação à publicação de matérias sobre direitos humanos na imprensa do Tocantins que, quando o CDHP tinha uma assessora de imprensa, que trabalhava voluntariamente, havia mais facilidade da instituição para emplacar matérias suas. Wolf afirma que os *mass media* reservam espaço para os chamados *issue movements* que ele diz serem os movimentos de opinião que se solidificam na sociedade. Essa solidificação de um movimento de opinião credencia determinadas fontes como representantes desse novo pensamento. Para se transformarem em

notícia esses movimentos precisam tornar-se significantes e relevantes para irem ao encontro do público. Para SERRA (2002) a organização de reuniões, banco de dados e informações, seminários e atos públicos tornam determinada entidade ou grupo significativo para a mídia. Quando os eventos e atos dos *issue movements*, no caso em observação o movimento de direitos humanos, são planejados para irem de encontro às exigências dos *mass media* estabelece-se uma integração de estratégias de noticiabilidade. Com a assessoria de um profissional de imprensa o CDHP conseguia adaptar seu material aos padrões de noticiabilidade da imprensa.

SERRA (2002) diz que na campanha desenvolvida por entidades para sensibilizar a opinião pública para o caso das crianças assassinadas por grupos de extermínio na década de 1980 foram usados métodos como os descritos por Wolf. Inicialmente as famílias e comunidades das crianças assassinadas organizaram protestos com fechamento de ruas e avenidas de forma a perturbar a ordem pública. Porém, essas ações espetaculares, apesar de colocar o tema na mídia, não o expôs de forma positiva. A imprensa continuava tratando o caso como caso de polícia. A mudança só ocorreu quando o tema foi politizado através de pesquisas, levantamentos, vigílias, marchas nas ruas, debates e envolvimento de políticos, intelectuais e jornalistas. Respeitadas as proporções, a maior visibilidade do CDHP, a partir de 1999, descrita no folheto da instituição, pode ter ocorrido pelo fato de a entidade ter estabelecido um diálogo com a sociedade e começado a organizar eventos que se encaixam nos padrões de noticiabilidade da imprensa. Entretanto, HABERMAS (*apud* SERRA 2002) argumenta que muitas vezes essas entidades que representam os *issue movements*, como o CDHP, no caso da luta pelos direitos humanos, necessitam dramatizar os problemas para que estes possam ser captados pela mídia e provocar respostas na opinião pública e no sistema político. Para SERRA (2002), no caso em que ela estudou dos assassinatos de crianças essa dramatização causou prejuízos que, no entanto, foi uma das responsáveis por ampliar o espaço do tema na mídia. Ela diz que uma das organizações que mais contribuíram para ocupar esse espaço na mídia foi a Anistia Internacional que, em 1990, publicou um anúncio na imprensa inglesa afirmando que o governo brasileiro encontrara uma forma de resolver o problema das crianças de rua no País matando-as. Isso atraiu a imprensa sensacionalista mas abriu mais espaço para o debate e a construção do contra discurso. Entretanto com essa situação houve necessidade de as entidades trabalharem em duas frentes: contra a deturpação das informações da imprensa sensacionalista e ainda na construção do discurso em defesa dos direitos dessas crianças.

Ao falar da imprensa tocantinense Feix¹³ diz que “atualmente percebemos uma maior independência da imprensa, e com isso há um maior espaço para conscientizar a população quanto aos seus direitos”. Ele diz ainda que a imprensa tem papel importante, talvez o maior, na construção de uma cultura de direitos humanos. Porém afirma que falta dar voz aos que sofrem a violência. Isso, ressalta Feix, ocorre, pois os violentados não possuem seus meios de comunicação e “o silêncio se impõe quando quem pratica a violência é o financiador da imprensa”. Sobre a parcialidade da imprensa tocantinense na cobertura dos casos em que há desrespeito aos direitos humanos Feix diz que a parcialidade tende para quem a financia e que, no Tocantins, o Estado tem importante participação no financiamento da grande imprensa. Esse mesmo Estado é também o maior violador dos direitos humanos.

Para a ex-coordenadora geral do Centro de Direitos Humanos de Palmas, Fátima Dourado¹⁴, os jornais do Estado quando publicam matérias sobre violência policial “trabalham muito com o boletim policial e acaba tendo muitas informações desvirtuadas porque se você vai na delegacia pegar os boletins, na delegacia eles fazem o boletim de uma forma que nem sempre é a verdadeira. Eu mesma tive três casos de informação que saiu no jornal de pessoas que foram executadas, mas a notícia que saiu no jornal é que elas haviam trocado tiros e aí a polícia diz que estavam armados com carabina. Quando se vai apurar no próprio inquérito policial, você tem a conclusão de que foi totalmente o contrário. Então eu acho que o jornalista ele tem que ser mais investigativo com a sua matéria, não apenas se deter ao boletim policial, mas procurar a família da vítima, saber o que aconteceu, procurar a promotoria ou outros órgãos públicos. Embora depois de verificado o que aconteceu quando saiu outra versão foi divulgado.” Aqui confirma-se a teoria de SERRA (2002, 33) onde ela afirma que “as rotinas da produção de notícias e outros constrangimentos organizacionais levam os jornalistas a procurarem fontes oficiais ou institucionalizadas”. Em outra parte da entrevista, a ex-coordenadora fala da tendência da imprensa e de como suas rotinas de trabalho já influenciaram em casos de desrespeito dos direitos humanos. Entrevista abaixo:

Entrevistador: Você acredita que nos casos de violência cometidas pelo Estado a imprensa tende para um dos lados?

Coordenadora do CDHP: Eu penso que no caso do Jornal do Tocantins não seja uma tendência não. Talvez mais a forma como é coletada a informação.

¹³ Entrevista disponível no apêndice A

¹⁴ Entrevista disponível no apêndice A.

Eu pergunto de uma forma geral. Pelo fato da polícia ter toda uma estrutura de comunicação.

Isso. Nesse caso é ruim porque muitos casos, por exemplo, que eu vejo na televisão nós não conseguimos ter acesso à família da vítima. Muitas vezes só sai o nome da pessoa e não tem como. Mas os casos que...São três casos que a gente acompanhou e que teve esse problema um era até um rapaz que era doente mental entrou numa padaria pegou um bolo e aí chamaram a polícia e acabaram executando ele dentro do carro da polícia. Quando saiu a matéria no jornal é que ele teria trocado tiros e que era perigoso. Mas eu não acho que o jornal fez isso porque quis, mas o fato é que eles tinham uma informação que vinha do boletim policial. É que a polícia é assim ela tem essa tendência sempre que comete um crime ela tenta denegrir, ela tenta incriminar a vítima achando que isso vai diminuir a gravidade do crime que ela comete. O que não tem nada a ver, mas só a sociedade, ela, aceita quando se mata um bandido ela acaba até ficando aliviada e se matar quem não é bandido aí há uma certa repugnância da sociedade. Então a polícia sabe disso quando eles executam alguém primeira coisa que fazem é tentar engrossar uma ficha policial grande para aquela pessoa que é para ninguém questionar a morte ou a tentativa de homicídio daquele cidadão.

A fala da entrevistada vai de encontro ao estudo de SERRA (2002) que, ao analisar os casos de mortes de crianças moradoras de rua por esquadrões da morte, formados por policiais, em meados da década de 1980, observou que as matérias publicadas na imprensa nacional adotavam informações fornecidas pela polícia. A regra geral era as crianças serem descritas como marginais, menores ligados ao tráfico de drogas, roubos e brigas de gangues, ou seja, a imprensa dizia a opinião pública que as vítimas eram culpadas por suas próprias mortes.

A crítica feita por Fátima Dourado ao principal jornal tocantinense refere-se também à cobertura dada às campanhas que poderiam ser realizadas pelos meios de comunicação. Para a ex-coordenadora se houvessem campanhas que informassem o cidadão sobre seus direitos e que o valorizassem como cidadãos o combate às violações dos direitos humanos no Estado avançaria de forma mais rápida. Para o secretário articulador do CDHP, Romeu Feix, a imprensa tocantinense não tem aberto espaço nas colunas de opinião para o tema direitos humanos.

4.3. A Notícia: Espaço em Construção, Espaço em Disputa

As observações sob o Jornal do Tocantins (JTo) se deram através da análise de conteúdo do material publicado e de entrevista. Foram analisadas todas as notícias em todos os gêneros

jornalísticos sobre mortes de civis causadas por Policiais Militares publicadas em todas as editoriais no ano de 2004. Foi possível pesquisar todas as edições o Jornal do Tocantins é publicado de terça-feira a domingo. Um total de 323 edições foram observadas. O jornal não circulou em 52 segundas-feiras de 2004. A pesquisa foi realizada em parte no arquivo da Biblioteca Municipal Jornalista Jaime Câmara, os jornais não encontrados naquele arquivo foram consultados através do arquivo que o Jornal do Tocantins mantém em seu sítio na internet. Foram encontradas 10 notícias relativas a mortes de civis causadas por policiais militares no Tocantins. Sendo que três tratam do mesmo caso. O jornal noticiou assim oito mortes de civis causadas por Policiais Militares em 2004. Sete casos do interior e um da capital. De acordo com a Polícia Militar foram mortos pela PM-TO em 2004 quatro civis no interior. Os números de Palmas não foram disponibilizados.

Com esses números a assessoria de Comunicação da Polícia Militar do Tocantins, desconhece, não informa ou nega ao menos cinco mortes ocorridas no interior e noticiadas pelo Jornal do Tocantins. Das sete mortes ocorridas no interior e noticiadas no JTo, a PM-TO confirma apenas duas. As outras duas mortes que a PM-TO informa que ocorreram não se transformaram em notícia.

As duas notícias que não foram para as páginas dos jornais ocorreram na região de Filadélfia, norte do Estado e Paraíso do Tocantins, região central. No primeiro caso, o Boletim de Ocorrência consta que na tarde do dia 04 de abril de 2004, através do serviço de chamadas de emergência da PM-TO foi determinado que a polícia se deslocasse para a estrada de Barra do Ouro, ao chegar ao local indicado os policiais encontraram um corpo. A morte do suspeito havia sido causada por um policial militar que reagiu a um assalto a mão armada no microônibus em que o PM viajava. O outro caso que não se transformou em notícia ocorreu na cidade de Paraíso do Tocantins no dia 09 de abril de 2004. Consta no Boletim de Ocorrência que um suspeito foi morto por um PM depois de procurar o policial em sua casa. O PM, ao suspeitar da vítima e procura-la o matou.

É difícil verificar se há ou não uma pré-seleção das mortes que se transformam em notícia, pois os dados fornecidos pela PM-TO são em menor número que as notícias. Temos uma inversão do processo de seleção. Pelos números da PM-TO temos mais notícias do que fatos.

Para analisar as notícias do Jornal do Tocantins no sentido de verificar como se dá a construção da mesma nos firmamos em de critérios. Nos ateremos aos critérios chama de

substantivos, relativos ao produto e o que trata dos meios de comunicação. Não serão analisados os critérios relativos ao público e a concorrência, pois a metodologia adota não permite tal verificação. Para uma análise dos critérios relativos ao público seria necessário mais entrevistas com membros da redação e da direção do JTo. Apesar de solicitadas estas entrevistas não foram concedidas em seu total. Em relação à concorrência o Jornal do Tocantins não tem concorrente no jornalismo impresso diário, pois é o único veículo do Estado.

Abaixo os critérios que serão analisados nas notícias encontradas. Na segunda parte deste trabalho discorreremos sobre estes critérios.

Critérios substantivos:

- O nível hierárquico das pessoas envolvidas.
- Impacto que pode ser causado no Estado.
- Quantidade de pessoas envolvidas.
- Relevância e significatividade do fato.

Critérios relativos ao produto:

- A acessibilidade dos jornalistas para construir a notícia.
- A atualidade.
- Quantos e quais pontos de vista foi possível expor na notícia.

Critério relativo ao meio de comunicação:

- Presença de fotos ou outras imagens do fato.

A primeira notícia encontra no Jornal do Tocantins é do dia 24 de janeiro e está na página 2b na editoria de Estado. Com o título: Morre a tiros acusado de assassinar policial, a matéria ocupa um total de duas colunas e 29 linhas. Abaixo da notícia há um box com duas colunas e 12 linhas. Segue a matéria:

Palmas – O acusado de ter matado o policial militar Cristiano Xavier Lustosa, na madrugada da última quarta-feira na fazenda Rio Claro, no município de Lizarda, a 327 quilômetros de Palmas, Guilhermino Batista da Silva, 43 anos, foi morto com dois disparos efetuados por policiais militares, sob alegação de que ele teria tentado agredir a guarnição com uma faca. A ocorrência foi na tarde da última quinta-feira. O militar foi enterrado no mesmo dia em Lizarda e Silva deverá ser sepultado hoje.

Em nota divulgada ontem, a Assessoria de Comunicação da Polícia Militar, explicou que Silva foi preso na zona rural de Lizarda e, de acordo com relatório dos policiais que o prenderam, em razão da estrada encontrar-se em “péssimas condições”, e com o objetivo de “manter a integridade”, do preso, as algemas foram retiradas dele, enquanto ele era conduzido pela viatura policial.

Segundo a nota, “quilômetros adiante, quando pararam para pegar uma garrafa com água, ao abrir a tampa do cubículo, um dos policiais foi surpreendido por Guilhermino que investiu em sua direção com uma faca, da qual havia se apoderado. Os policiais efetuaram dois disparos”. A nota informa que após os disparos o acusado, o agora vítima, foi socorrido, mas não teria chegado com vida ao posto de saúde de Lizarda. A assessoria de comunicação não esclareceu como o preso teve acesso à faca. De acordo com a assessoria de comunicação, a perícia técnica foi acionada e instaurado um Inquérito Policial Militar (IPM), pela corregedoria para apurar as circunstâncias do ocorrido. Após concluído o IPM será remetido à Justiça comum, que processará e julgar o caso. (J.G).

Após a notícia principal segue um box:

Entenda o caso

O policial Cristhiano Xavier Lustosa de Sousa, 31 anos, morreu na madrugada da última quarta-feira, quando ele e mais dois colegas faziam a segurança de um festejo na fazenda Rio Claro, pertencente ao fazendeiro Roque Amaro, a cerca de 90 quilômetros de Lizarda. O PM teria retirado um rapaz, pertencente a família Amaro, dona da fazenda, que estaria embriagado e fazendo necessidades fisiológicas no salão onde acontecia a festa. Segundo a polícia, o rapaz teria agredido o PM e este, supostamente, lhe desferido um tapa, de acordo com o agente da Polícia Civil Acetides Torres, que também fazia a segurança. A agressão teria revoltado familiares e amigos do rapaz. Na madrugada o militar entrou na casa para pegar a bagagem e, ao sair, foi agredido com quatro facadas, supostamente desferidas por Guilhermino Silva.

Essa notícia do dia 24 de janeiro foi precedida de outra do dia 22 de janeiro onde era noticiada a morte do PM. Essa também está na editoria de Estado não foi possível verificar em que página.

Policial Morto em Serviço

Palmas – Policiais militares chamados para manter a segurança de um festejo na fazenda Rio Claro, pertencente ao fazendeiro Roque Amaro, e a 90 quilômetros de Lizarda, que está a 327 quilômetros de Palmas, foram surpreendidos com a morte do soldado PM Cristhiano Xavier Lustosa Souza, de 31 anos, por um homem desconhecido que estava no festejos.

As informações são do agente da Polícia Civil, responsável pela delegacia de Lizarda, Acetides Messias Torres, que também auxiliava na

segurança dos festejos. Conforme Torres, PM Souza foi retirar um rapaz, pertencente a família Amaro, proprietária da fazenda, que estava embriagado e urinando na sala onde acontecia a festa, quando ele teria agredido o militar. O policial teria então, segundo o agente Torres, desferido um tapa no rapaz.

Segundo o policial civil, a situação ficou bastante tensa e a família bastante revoltada. “Por volta de 5h30, nós resolvemos vir para a cidade e o soldado foi lá dentro buscar as bolsas. Foi o único momento em que ficou só. Quando saiu no terreiro foi agredido com quatro facadas. Não sabemos ainda quem o atingiu, mas provavelmente foi alguém da família ou muito ligado a ela”, informou o agente, acrescentando que o caso já está sendo investigado.

O corpo do militar será enterrado hoje, no cemitério Central de Lizarda e de acordo com o assessor de comunicação social da Polícia Militar, tenente-coronel Divino Rodrigues Pires, se o policial estava em serviço a PM abrirá inquérito de apuração paralelamente ao inquérito instaurado pela Polícia Civil que investiga a autoria do homicídio.

No dia 24 de agosto do mesmo ano o Jornal do Tocantins voltou a essa notícia da seguinte forma. Outra vez na editoria de Estado, não foi possível verificar a página. Em quatro colunas, 22 linhas e uma foto do pai da vítima assassinada pela PM, o JTo dá a notícia:

Inquérito

Pai de vítima reclama agilidade

O aposentado Gentil Batista da Silva esteve ontem no Centro de Direitos Humanos de Palmas (CDHP), solicitando ajuda do órgão no sentido de agilizar o inquérito policial que apura o assassinato de seu filho, o lavrador Guilhermino Batista da Silva, 43 anos. O crime aconteceu na madrugada do dia 22 de janeiro no município de Lizarda, a 327 quilômetros de Palmas e, de acordo com Silva, o inquérito está parado. “Vim pedir justiça pelo que fizeram ao meu filho”, disse.

O advogado do CDHP, Marcelo Soares Oliveira, telefonou ontem mesmo para o novo promotor de justiça da região, Hugo Barros de Moura, solicitando providências, e disse que vai acompanhar o caso. O promotor Moura informou ao Jornal do Tocantins que já requisitou o inquérito para análise das medidas necessárias. Ele contou que assumiu o município somente no início dessa semana e, como acumula com Miranorte, não pode estar todos os dias da semana em Tocantínia (comarca da qual faz parte o município de Lizarda), razão pela qual solicitou o envio do processo.

História

De acordo com o pai da vítima, Guilhermino teria sido assassinado por policiais. Ele era acusado de ter matado o policial militar Cristhiano Xavier Lustosa, na madrugada do dia 21 de janeiro na fazenda Rio Claro, a 90 quilômetros de Lizarda. Em nota divulgada à época, a Assessoria de Comunicação da Polícia Militar explicou que Silva foi

preso na zona rural de Lizarda e, de acordo com relatório de policiais que o prenderam, em razão da estrada encontrar-se em péssimas condições, e com o objetivo de manter a integridade física do preso, as algemas foram retiradas dele, enquanto era conduzido pela viatura policial. Ainda segundo a nota, “quilômetros adiante, quando pararam para pegar uma garrafa com água, ao abrir a tampa do cubículo, um dos policiais foi surpreendido por Guilhermino, que investiu em sua direção com uma faca, da qual havia se apoderado. Os policiais efetuaram dois disparos”. A nota informa que, após os disparos a vítima foi socorrida, mas não teria chegado com vida ao posto de saúde de Lizarda.

- Nível hierárquico das pessoas envolvidas. A primeira notícia publicada no dia 22 de janeiro, logo no título atribui ao soldado morto uma autoridade que não se confirma no resto da matéria nem nas seguintes. O título afirma que “policial é morto em serviço”, o fato de ter sido morto em serviço aumenta a autoridade da vítima, pois quem morreu nessa situação não seria um cidadão comum, mas um policial responsável pela segurança. A vítima, de acordo com o Jornal do Tocantins, estava em serviço, porém no último parágrafo a Assessoria de Comunicação da Polícia Militar, na mesma matéria, não confirma a informação posta em destaque no título. O fato de o policial estar ou não em serviço faz toda a diferença para a imagem dele visto que este fato foi o iniciador dos acontecimentos que resultaram na morte de um civil pela polícia militar. Como afirmou Fátima Dourado a sociedade é mais tolerante com a polícia quando está mata um bandido e este bandido se torna mais perigoso quando mata policiais em serviço. Depois de noticiar que um Policial Militar havia sido morto em serviço mesmo sem ter certeza de que o PM estava mesmo trabalhando o Jornal do Tocantins noticiou no dia 24 de janeiro que o assassino do soldado PM havia sido morto. Outra vez aparece o ator social de maior nível hierárquico. No título o JTo noticia: Morre a tiros acusado de matar policial, aqui o policial aparece com seu título de autoridade a vítima continua sendo o policial. O acusado que até o momento ninguém sabe que nível hierárquico, que posição exerce na sociedade ainda aqui não é posto como sujeito passivo da ação, como vítima, ele é o acusado. Depois de 29 linhas distribuídas em duas colunas o leitor do Jornal do Tocantins ainda não sabe quem é a vítima, que posição social ela tem. Quanto mais alto estiver na escala social a pessoa envolvida no fato mais chances tem o fato de tornar-se notícia. Aqui a notícia é a morte do policial mesmo quando o suspeito é assassinado pela Polícia Militar. Em nenhum momento o Jornal do Tocantins questionou o fato de um soldado da

PM, agente público estar fazendo a segurança de uma festa particular. Tão pouco questionou a autoridade, ou checkou as informações do agente Torres da Polícia Civil que, também agente público responsável pela polícia investigativa, fazia a segurança de uma festa particular.

- Impacto que pode ser causado no Estado – é a ação de um grupo de policiais que estão sujeitos ao governo estadual. O impacto pode ser negativo para a imagem da administração estadual, mas também pode ser positiva no momento em que a polícia age de forma correta – mata um assassino de policiais em confronto.
- Quantidade de pessoas envolvidas – Incluindo a terceira matéria são encontradas quatro personagens envolvidas, a primeira vítima – o soldado PM, a segunda vítima – o acusado, os policiais que mataram o acusado e o pai do acusado que tornou-se vítima. Pelos critérios do *newsmaking* não há uma justificativa para publicação nesse ponto, pois o número de pessoas envolvidas é pequeno.
- Relevância e significatividade do fato - O fato não tem nem grande significatividade nem relevância visto que não tem grandes possibilidades de desenrolar-se em um grande caso.
- A acessibilidade dos jornalistas para construir a notícia – No primeiro caso o acesso deu-se através de uma fonte que testemunhou o fato. Aparentemente as informações foram conseguidas por telefone. Não houve uma acessibilidade que permitisse ao veículo ter acesso ao outro lado da história. Esse outro lado só aparece na terceira reportagem quando a acessibilidade se dá porque o pai da vítima vem até Palmas local onde está sediado Jornal do Tocantins.
- A atualidade – A primeira notícia é atual, pois o fato ocorreu na madrugada do dia 21, ou seja, do dia 20 para o dia 21, e foi publicada no dia 22. Já a notícia em que a polícia aparece como possível criminosa o crime ocorreu no dia 22, uma quinta-feira a tarde, e a notícia foi publicada no dia 24, sábado. No caso da notícia em que o pai da vítima da PM visita o CDHP cobrando agilidade no processo foi publicada no dia seguinte ao fato.
- Quantos e quais pontos de vista foi possível expor na notícia.

Na primeira parte da história onde o PM foi assassinado começa a construção do ponto de vista do Estado. Nessa primeira parte só aparece o ponto de vista das policias civil e militar. O acusado ou qualquer representante seu não fala. Na notícia seguinte a PM mata o suposto assassino. Outra vez o Jornal do Tocantins expõe apenas a visão do Estado, o cidadão acusado e agora morto pelo

Estado não tem voz. O JTo nem mesmo informa seu leitor se tentou expor a versão da vítima ou de sua família. Ignora a família do acusado, agora vítima do poder de vida e morte que o Estado exerce e ignora seu leitor ao não lhe explicar porque não expõe a versão da vítima. O ponto de vista do acusado assassinado pela PM só tem sua defesa apresentada para a sociedade quando seu pai vem a Palmas pedir agilidade nas investigações.

- Tem fotos ou outras imagens do fato – Nem a primeira nem a segunda notícia tem imagens. A terceira, quando o pai da vítima vem à cidade que sedia o Jornal, tem foto. Uma foto do pai da vítima do Estado ao lado do advogado do CDHP.

A segunda notícia que o Jornal do Tocantins publicou sobre mortes de civis causadas por policiais militares no ano de 2004 é do dia 08 de maio. São 12 linhas distribuídas em quatro colunas, na editoria de Estado não foi possível verificar a página:

Assalto com reféns em Nova Olinda

A polícia está em diligências no norte do Estado para localizar três dos cinco acusados do assalto à agência dos Correios e de um caixa eletrônico do Banco do Brasil (BB) ontem, por volta das 10 horas, em Nova Olinda, a 324 quilômetros de Palmas. Durante o assalto, cinco pessoas foram feitas reféns e vários disparos foram efetuados dentro da agência dos Correios. De acordo com o delegado do município, Raimundo Dias de Araújo, tanto os Correios quanto o BB ainda não haviam informado o valor levado pelos assaltantes, pois estariam contabilizando os números. Após perseguição policial, Elvis dos Santos Sampaio, 23 anos, foi baleado e preso e Ocian Alves dos Santos, 26 anos, foi morto. Segundo o delegado, os assaltantes, encapuzados e armados com escopetas e revólveres, entraram na agência dos Correios e anunciaram o assalto, ameaçando funcionários e clientes. Em seguida, foram até o caixa eletrônico e arrombaram a máquina. Depois fugiram em direção a Araguaina, pela BR-153, parando em um posto de combustível e abandonaram uma caminhonete, quando a polícia conseguiu alcança-los. Eles atiraram contra os policiais que revidaram. Até o final da tarde de ontem a PM não havia capturado os outros foragidos. Com os assaltantes foram encontrados mais de R\$ 50 mil, uma escopeta de cano serrado calibre 12 e um revólver calibre 38, 432 cartões telefônicos e pacotes de maconha.

- O nível hierárquico das pessoas envolvidas – A história tem apenas o delegado e os acusados. As vítimas da polícia aparecem apenas como assaltantes. Os assaltados, Correios e Banco do Brasil, tem nível hierárquico alto na sociedade.
- Impacto que pode ser causado no Estado – O impacto pode recair sobre a imagem do Estado e da polícia que ao não reprimir o crime ou ao fazê-lo de forma incorreta podem ter sua imagem prejudicada.
- Quantidade de pessoas envolvidas – O número de envolvidos parece relativamente alto. Policiais em ação, vítimas do assalto, vítimas da polícia, tiroteio em local público.
- Relevância e significatividade do fato – A relevância pode se dar na perseguição. O desenrolar da história pode ser visto como um sucesso, a polícia prende os suspeitos ou como um fracasso, os suspeitos fogem.
- A acessibilidade dos jornalistas para construir a notícia – A acessibilidade parece ruim. Apenas o delegado da cidade falou e não há imagens. A matéria foi feita de Araguaina provavelmente por telefone.
- A atualidade – O assalto ocorreu no dia 07 de maio e foi publicado no dia seguinte.
- Quantos e quais pontos de vista foi possível expor na notícia – O único ponto de vista é o do delegado que apura o caso. O Estado que mata dá as explicações. Não foi ouvida nenhuma testemunha, o preso baleado provavelmente não tinha até aquele momento um advogado. Entretanto o Jornal do Tocantins não explica porque não foi possível ouvir mais ninguém. Nem mesmo uma outra autoridade da cidade de Nova Olinda. O Jornal do Tocantins se portou como porta voz da polícia. Nem mesmo os assaltados Correios e Banco do Brasil foram ouvidos.
- Tem fotos ou outras imagens do fato – Não há nenhum tipo de imagem.

A terceira notícia foi publicada no dia 14 de maio, tem 13 linhas distribuídas em duas colunas, está na editoria de Estado, não foi possível verificar em qual página:

Militar acusado de executar cunhada é detido

Araguaina – Correspondente – Está preso no 2º Batalhão da Polícia Militar Josélio de Sousa Lima, acusado de executar a cunhada, cujo nome não foi informado, no início deste mês, em Babaçulândia, no Norte do Estado. O juiz da Comarca de Filadélfia, Edson Lins, expediu o mandado de prisão para o acusado, após o pedido da delegada Gilda Alves Alencar de Araújo, para a conclusão do inquérito policial.

Segundo o comandante do 2º BPM, tenente-coronel Antônio Carlos Moreno, o policial foi recolhido e uma sindicância deverá ser aberta para apurar os fatos, mas declarou que nada, até o momento foi encontrado que comprometa o envolvimento do policial no crime.

- O nível hierárquico das pessoas envolvidas – A vítima aparece apenas como a cunhada do acusado. O fato tornou-se notícia apenas depois que a delegada que cuida do caso, autoridade, pediu a prisão do acusado e que o juiz, outra autoridade, decretou a prisão. Antes dessa data e desses fatos não encontramos no Jornal do Tocantins notícia alguma sobre a morte dessa vítima assassinada por um agente do Estado. Nem mesmo o nome da vítima aparece, ela não tem rosto, não tem nome.
- Impacto que pode ser causado no Estado – A imagem da polícia pode ser afetada prejudicando consequentemente a imagem da administração estadual.
- Quantidade de pessoas envolvidas – Não há um número de pessoas que justifique a notícia apenas por esse critério.
- Relevância e significatividade do fato – O desenrolar do caso não oferece grande relevância ou significatividade.
- A acessibilidade dos jornalistas para construir a notícia – A acessibilidade se deu, aparentemente, por telefone.
- A atualidade – O jornal não situa o leitor no tempo. Não informa desde quando o acusado está preso informa apenas que está preso.
- Quantos e quais pontos de vista foi possível expor na notícia – Aparecem os pontos de vista da delegada que cuida do caso e do comando da PM. Da vítima nem o nome.
- Tem fotos ou outras imagens do fato – Não há imagens.

A quarta notícia é do dia 02 de abril e tem 13 linhas distribuídas em três colunas, está na editoria de Estado, não foi possível verificar a página.

Troca de tiros termina em morte no sul

Uma operação policial em Formoso do Araguaia, a 323 quilômetros de Palmas, na última quarta-feira, resultou na morte do acusado de roubo, Tomaz Leão Costa Filho. Com ele foram encontrados dois revólveres calibre 38, com seis munições deflagradas e duas intactas, além de R\$ 53.335,00.

Costa Filho era acusado de fazer parte de um grupo de quatro pessoas que, no último dia 30, roubaram a fazenda de José de Sousa Maciel, no

município de Sandolândia, a 420 quilômetros de Palmas, onde foram presos Geremias Martins Sousa, Raimundo de Sousa Aguiar, Roosevelt Ferreira Cardoso. Ao ser abordado por uma equipe do Comando de Operações Especiais (COE) de Gurupi, deslocado para prendê-lo, Costa Filho passou a atirar contra os policiais. Na troca de tiros, ele terminou sendo alvejado. Os outros acusados estão recolhidos na Cadeia Pública de Araguaçu a disposição da justiça.

- O nível hierárquico das pessoas envolvidas - A vítima é apontada apenas como suspeita. As autoridades que aparecem além da PM é o fazendeiro que foi assaltado possivelmente pelo suspeito que os agentes do Estado mataram.
- Impacto que pode ser causado no Estado – A imagem da PM e consequentemente da administração estadual podem ser prejudicadas.
- Quantidade de pessoas envolvidas – A quantidade de pessoas envolvidas não é suficiente para justificar por si só a notícia.
- Relevância e significatividade do fato – Não apresenta grande relevância e significatividade pois o desenrolar não irá além dos julgamentos e possíveis condenações.
- A acessibilidade dos jornalistas para construir a notícia – Ao que parece se deu por telefone, pois o repórter é de Palmas.
- A atualidade – O fato ocorreu na quarta-feira e foi publicado na edição de quinta-feira.
- Quantos e quais pontos de vista foi possível expor na notícia – Outra vez apenas a polícia militar, que matou, fala. Não há versões de testemunhas, advogados de defesa, parentes das vítimas, ou mesmo da polícia investigativa.
- Tem fotos ou outras imagens do fato – Não há fotos na matéria.

A quinta notícia é do dia 26 de junho e tem 13 linhas divididas em três colunas, está na editoria de Estado, não foi possível verificar a página:

Preso militar acusado de crime em Araguaina

O juiz da 1ª Vara Criminal de Araguaina, Francisco Vieira Filho, decretou no final da manhã de ontem. A prisão temporária do sargento da Polícia Militar, Luiz Fernando Araújo Ribeiro, acusado de matar Maria Aparecida Matos, de 23 anos, há cerca de 15 dias, na sua residência. O policial foi encaminhado, por volta das 12 horas, para uma cela no 2º Batalhão da Polícia Militar (BPM), onde aguardará decisão judicial sobre o caso.

Segundo a delegada da Mulher, Dalma Martins de Araújo, que está presidindo o caso, a prisão temporária foi decretada a fim de não atrapalhar as investigações, que deverão terminar em um prazo de 30 dias e será encaminhada para o Ministério Público Estadual.

De acordo com o assessor da PM, Tenente Antônio Carlos da Silva Ferreira, já foi aberta uma sindicância para apurar os fatos sobre o homicídio. Terminado este processo, as provas serão entregues para o Conselho de Disciplina da PM, que irá decidir se o sargento será afastado ou não do cargo. Até ontem, o policial estava fazendo serviços internos no batalhão.

- O nível hierárquico das pessoas envolvidas – A vítima aparece apenas como uma mulher assassinada, os motivos não são expostos. Os níveis hierárquicos que aparecem é a delegada da mulher e o assessor de comunicação da PM, além do assassino que é sargento. É citado também o nível hierárquico do juiz citado na notícia.
- Impacto que pode ser causado no Estado – A imagem da PM e consequentemente da administração estadual podem ser prejudicadas.
- Quantidade de pessoas envolvidas - A quantidade de pessoas envolvidas não é suficiente para justificar por si só a notícia.
- Relevância e significatividade do fato - Não apresenta grande relevância e significatividade, pois o desenrolar não irá além dos julgamentos e possíveis condenações.
- A acessibilidade dos jornalistas para construir a notícia – O acesso não aparenta ser difícil, pois a repórter está na mesma cidade do fato, Araguaína. Mesmo assim faltam informações sobre o caso e principalmente sobre a vítima, não se sabe quem era, onde exatamente morava, se tinha filhos, pais, quais os motivos do assassinato entre outros.
- A atualidade – O fato – prisão – ocorreu num dia e foi publicado no outro, entretanto a morte da vítima ocorreu a cerca de 15 dias e nada foi publicado, a notícia só saiu quando a justiça decretou a prisão do agente do Estado suspeito de ter matado.
- Quantos e quais pontos de vista foi possível expor na notícia – Mais uma vez a vítima do Estado não tem voz, só o Estado fala. O Estado se expressa através do juiz que decretou a prisão, através da delegada que pediu a prisão e da PM-TO que explica o ocorrido.
- Tem fotos ou outras imagens do fato – Não há imagens.

A sexta notícia de morte de civil causada por militar foi publicada no Jornal do Tocantins em 16 de novembro de 2004. Tem 27 linhas em quatro colunas, metade das duas colunas do meio são ocupadas por uma foto. Está na editoria de Estado, não foi possível verificar a página.

Ante-título: Violência um dos assaltantes a um posto em Santa Fé do Araguaia foi morto; outro, preso; e outro fugiu.

Título: Assalto termina em tiroteio e morte

Uma tentativa de assalto em um posto de gasolina, no município de Santa Fé do Araguaia, a 454 quilômetros de Palmas, na região norte do Estado, terminou em troca de tiros entre a polícia e os assaltantes. Um deles, Juarez José dos Santos, de 23 anos, foi morto pela polícia. O outro, Gleidson Cardoso da Silva, também de 23 anos, foi preso.

A ação aconteceu no domingo, por volta das 19h30. Segundo informações da Polícia Militar, três homens armados com revólver calibre 38 e duas espingardas, uma calibre 12 e outra 22, chegaram no posto já anunciando o assalto. Eles renderam o gerente dentro do escritório, ameaçando atirar, caso reagisse. Os assaltantes roubaram cerca de R\$ 2,2 mil reais em dinheiro e mais de R\$ 21 mil em cheques.

Quando deixavam a cena do crime, os bandidos foram abordados pela PM, que tinha sido avisada da movimentação por pessoas que passavam no local. Os três assaltantes começaram a atirar na direção das viaturas. Ainda de acordo com a polícia, dois dos assaltantes fugiram em direção a uma fazenda, a cerca de 1,5 quilômetro da cidade. Lá, foram cercados pela polícia dentro de um curral. Houve nova troca de tiros Juarez José dos Santos foi ferido e encaminhado para o Hospital de Referência de Araguaia (HRA), mas faleceu a caminho do hospital. Gleidson Cardoso da Silva mais tarde, quando estava a caminho de sua casa, por volta das 23h30m após conseguir fugir do cerco da polícia.

O terceiro assaltante conhecido como Fredson, está foragido. A polícia realizou diligências na região até o final da noite de ontem, mas não havia conseguido localizar o acusado. O dinheiro que os assaltantes levaram do posto foi recuperado. Silva prestou depoimento ontem pela manhã, na delegacia de Santa Fé, e seria transferido para a casa de Prisão Provisória de Araguaia ainda ontem.

- O nível hierárquico das pessoas envolvidas – O nível hierárquico não apresenta autoridades com altas posições na administração estadual. A vítima outra vez é desconhecida e as autoridades que aparecem restringem-se a policiais de baixo poder.
- Impacto que pode ser causado no Estado - A imagem da PM e consequentemente da administração estadual podem ser prejudicadas.
- Quantidade de pessoas envolvidas - A quantidade de pessoas envolvidas não é suficiente para justificar por si só a notícia.

- Relevância e significatividade do fato - Não apresenta grande relevância e significatividade, pois o desenrolar não irá além dos julgamentos e possíveis condenações.
- A acessibilidade dos jornalistas para construir a notícia – A matéria parece ter sido feita por telefone visto que Santa Fé do Araguaia está distante do local onde trabalha a repórter que é a cidade de Araguaina.
- A atualidade – O fato ocorreu no domingo e foi publicado na edição de terça-feira. O Jornal do Tocantins não circula as segundas-feiras.
- Quantos e quais pontos de vista foi possível expor na notícia – Aqui mais uma vez o Estado que mata conta sua história. Todo o acontecimento é narrado pela polícia, mesmo depois de um dos suspeitos ter prestado depoimento.
- Tem fotos ou outras imagens do fato – O jornal apresenta a foto de uma viatura com perfurações que a legenda diz ser de disparos das armas dos assaltantes.

A sétima notícia de morte de civil causada por militar noticiada pelo Jornal do Tocantins em 2004 é do dia 8 de dezembro de 2004. São 31 linhas em quatro colunas na editoria de Estado, na página cinco:

Ante-título: Xambioá Cerca de 20 homens invadiram a agência bancária, fizeram reféns e trocaram tiros com a polícia

Título: Assalto termina com três policiais feridos

O assalto à agência do Banco do Brasil de Xambioá, cidade a 502 quilômetros de Palmas, no norte do Estado, terminou com três policiais feridos – um gravemente – e um suspeito morto. A ação foi por volta das 12 horas de ontem, quando o grupo, segundo a Polícia Militar, chegou à agência em dois veículos – em uma caminhonete S – 10 vinho e um Pálio cinza – anunciando o assalto e atirando.

Na fuga, os assaltantes trocaram tiros com a polícia, ferindo três policiais. Um deles foi feito refém, junto com outros dois vigilantes. Segundo o delegado Adalton Alves da Silva, na fuga, os assaltantes, fizeram vários disparos, acertando inclusive o prédio da delegacia. Os reféns foram libertados a cerca de seis quilômetros da cidade, no sentido Araguanã. “Eles estavam fortemente armados, com certeza é uma quadrilha que tem integrantes vindos de outro Estado”, disse o delegado.

Morte

Ainda de acordo com Silva, um suspeito de ter planejado o assalto, Evânio Xavier, conhecido como “Nego Evânio”, foi denunciado por pessoas da comunidade que teriam ouvido uma conversa dele num telefone público, dando ordens para “chegaram logo no banco, pois iria

fechar”. Mais tarde, Xavier teria sido visto novamente ao orelhão, comentando que teria dado “tudo errado” no local.

“A polícia abordou o suspeito, próximo à sua residência aqui em Xambioá, e reagiu a prisão, avançando para um dos policiais. Ele pegou a arma de um deles e efetuou disparos na direção da PM; os policiais reagiram e o acusado foi morto”, ressaltou o delegado. Um policial foi atingido, mas foi salvo pelo colete à prova de balas. Os carros usados pelos assaltantes foram localizados no meio da tarde, entre os municípios de Carmolândia e Novo Horizonte, próximo a Araguaína, na TO-164.

Pânico

Segundo informações da gerência do banco, cerca de 100 pessoas estavam no local na hora do assalto e houve pânico quando o tiroteio começou. Todos os vidros da agência e do auto-atendimento ficaram estilhaçados. A gerência ainda estava fazendo um levantamento do valor levado pelos assaltantes.

Feridos

Os três policiais feridos durante o tiroteio em frente a agência foram encaminhados para o Hospital de Referência de Araguaína (HRA). Um deles, Edson Pereira Rodrigues, de 25 anos, que levou dois tiros, estava em estado grave e foi para a sala de cirurgia, assim que chegou na unidade, e depois seria encaminhado para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI). O policial Antônio Jéferson Batista Ferreira, de 34 anos, que também levou dois tiros, tinha sido encaminhado para o centro cirúrgico no final da tarde. João José Moreira, de 32 anos, levou um tiro, e depois de ser atendido no HRA, foi encaminhado para o Hospital e Maternidade Dom Orione (HMDH). Dois suspeitos foram detidos e estavam sendo ouvidos pela polícia ontem a noite.

- O nível hierárquico das pessoas envolvidas – Não aparecem aqui, outra vez, altas autoridades, entretanto o nível hierárquico dos suspeitos é alto. Estavam muito bem armados o que indica que não se tratava de pessoas simples sem organização ou, no mínimo, dinheiro para se armar.
- Impacto que pode ser causado no Estado - A imagem da PM e consequentemente da administração estadual podem ser prejudicadas. Devido à organização dos suspeitos e à grande organização tem mais chances de ter impacto.
- Quantidade de pessoas envolvidas - Nesse caso há número suficiente de pessoas envolvidas para transformar-se em notícia, são mais de 100 pessoas sob a mira de armas de assaltantes e tiroteio no centro da cidade.
- Relevância e significatividade do fato – O desenrolar do caso poderia apresentar surpresas como o envolvimento de pessoas ligadas ao crime organizado devido à organização do

bando. Outro ponto que dá relevância ao caso refere-se a perseguição que ainda poderia gerar cenas de cinema.

- A acessibilidade dos jornalistas para construir a notícia – A repórter não está no local do assalto, mas em Araguaina cidade também localizada na região norte do Estado. Aparentemente a matéria foi feita por telefone.
- A atualidade – O fato ocorreu em um dia e a notícia foi publicado no dia seguinte.
- Quantos e quais pontos de vista foi possível expor na notícia – Dessa vez aparecem na matéria além da Polícia Militar e da Polícia Civil, um representante do banco assaltado. A vítima da Polícia, não tem quem fale por ela, mesmo ficando claro na matéria que era um morador conhecido da cidade.
- Tem fotos ou outras imagens do fato – Não há fotos.

A oitava e última notícia de morte de civil causada pela Polícia Militar publicada pelo Jornal do Tocantins saiu no dia 18 de dezembro e teve 26 linhas em uma coluna, estava na editoria de Estado, na página cinco.

Crime

PoliciaI acusado de homicídio

O soldado da Polícia Militar Nelcivan Costa Feitosa, de 31 anos, é suspeito de ter assassinado, ontem de manhã, com um tiro no coração, Lindomar Ribeiro, na república onde a vítima morava, na quadra 1.206 sul (Arse 122). De acordo com moradores, o crime ocorreu por volta das 8 horas, quando Feitosa teria chegado em uma moto e entrado no cômodo onde morava Ribeiro. A PM informou, através de nota, ontem, que estaria fazendo diligências para localizar Feitosa e prendê-lo pelo crime, que é de competência da justiça comum. De acordo com a PM, o policial responderá administrativamente. A nota informou, também, que o soldado está afastado do serviço desde o dia 17 de novembro, em razão de tratamento médico.

- O nível hierárquico das pessoas envolvidas – A vítima do agente do Estado não tem exposto sua posição social. Portanto o nível hierárquico, aparentemente, não justifica a notícia.
- Impacto que pode ser causado no Estado - A imagem da PM e consequentemente da administração estadual podem ser prejudicadas.

- Quantidade de pessoas envolvidas - A quantidade de pessoas envolvidas não é suficiente para justificar por si só a notícia.
- Relevância e significatividade do fato - Não apresenta grande relevância e significatividade, pois o desenrolar não irá além dos julgamentos e possíveis condenações.
- A acessibilidade dos jornalistas para construir a notícia – O fato ocorreu em Palmas, portanto na cidade sede do Jornal do Tocantins.
- A atualidade – O fato ocorreu em um dia e a notícia foi publicada no dia seguinte.
- Quantos e quais pontos de vista foi possível expor na notícia – Nesse caso o Jornal do Tocantins ouviu “moradores” vizinhos da vítima e também a versão da Polícia Militar.
- Tem fotos ou outras imagens do fato – Não há fotos.

O primeiro ponto analisado nas oito notícias trata do nível hierárquico das pessoas envolvidas nos fatos. Para WOLF (2002) quanto mais alto o nível hierárquico dos envolvidos no fato maiores as chances deste tornar-se notícia. Das oito notícias pesquisadas, em seis não confirmamos essa afirmação. Mesmo sem grandes nomes da escala social envolvidos o Jornal do Tocantins publicou os fatos.

Porém cabe ressaltar duas notícias no que se refere a esse ponto. A do dia 14 de maio e a do dia 26 de junho. O fato de agentes do Estado terem matado duas mulheres não foi notícia, tal fato só ocupou as páginas dos jornais quando a justiça decretou a prisão dos investigados. Dos oito casos apenas nesses dois as vítimas eram mulheres. De acordo com SILVA (2001) mulheres, em geral são vítimas da polícia nos espaços privados. Ela diz ainda que a mulher está socialmente abaixo do homem o que pode ser uma das justificativas para o Jornal do Tocantins não noticiar as mortes de civis femininas por agentes do Estado, mas noticiar apenas quando o próprio Estado, através do judiciário, reconhece a possibilidade do crime. Há dessa forma uma certa isenção por parte do Estado por tratar-se de caso relativo à vida privada, apesar de o agente agir investido do poder material e simbólico do Estado. O Estado, entidade pública, comete a violência, através de seu agente. O Estado é acompanhado pela imprensa na perpetração da violência contra a mulher, quando está se omite sobre tais casos

A segunda parte que observamos é a que WOLF (2002) chama de impacto que pode ser causado sobre a nação e sobre o interesse nacional. No caso da presente pesquisa substitui-se nação por Estado. Nesse critério de noticiabilidade não foi encontrado exatamente o que WOLF

(2002) afirma. Nenhum dos fatos que transformaram-se em notícia tem condições de afetar os destinos da comunidade como um todo devido as poucas ocorrências. São notícias de interesse da comunidade tocanrinense, pois pode ocorrer um aumento de casos e porque a comunidade precisa ter controle constante das ações das forças de segurança. Mas não se trata de fatos extraordinários, porém, podem prejudicar a imagem da polícia e conseqüentemente da administração estadual. Esse prejuízo de imagem pode ocorrer nos casos em que a polícia mata sem motivação aparente, casos confirmados de três notícias. Em outros quatro casos a polícia justifica as mortes como necessárias para o controle da criminalidade. Um dos casos ,o primeiro analisado, em que o pai da vítima do Estado reage, a imagem do Estado pode ser prejudicada. Pois, ele pode conseguir construir uma imagem positiva da vítima e negativa do Estado, tem-se aí o impacto negativo sobre a imagem da administração estadual. Falta, para essa análise, uma definição teórica mais clara sobre como se dá esse impacto e de que pontos essa observação pode ser realizada.

O terceiro ponto que WOLF (2002) analisa na construção da notícia é a quantidade de pessoas envolvidas no fato. Para ele quanto maior o número de pessoas envolvidas no fato maiores as possibilidades deste ser retratado nas páginas dos jornais. Das oito notícias observadas apenas em uma, na do assalto em Xambioá, houve um grande número de pessoas envolvidas. Na notícia lê-se que mais de 100 pessoas ficaram sob a mira das armas dos assaltantes. Nas demais notícias não há grandes números.

Ao falar da relevância e da significatividade do fato WOLF (2002) afirma que um fato pode ser coberto por apresentar possibilidade de mais notícias com seu desenrolar. Nas oito notícias verificadas apenas duas oferecem perspectiva de mais notícias. São os casos dos assaltos em Nova Olinda e em Xambioá, onde a polícia matou suspeitos. No desenrolar da ação podem haver mais enfrentamentos entre a polícia e os suspeitos e mais mortes.

Depois de analisar as notícias pelos quatro critérios anteriores, que WOLF (2002) classifica de critérios substantivos vamos aos critérios usados para se construir uma notícia a partir da perspectiva da construção em si, do trabalho realizado. O primeiro ponto posto por WOLF (2002) é o da acessibilidade dos jornalistas ao fato para construir a notícia. O Jornal do Tocantins está sediado na capital do Estado, Palmas, e mantém correspondentes na região norte, Araguaína, e na região sul, Gurupi. Das oito mortes – fatos, que se transformaram em notícia - apenas um ocorreu na capital e foi o único em que o veículo ouviu testemunhas do caso. Testemunhas que

conheciam e conviviam com a vítima. Outros dois fatos que se transformaram em notícia ocorreram em Araguaina, mas aqui o fato que tornou-se notícia não foi o assassinato de um civil por parte de um agente de segurança do Estado, mas o fato deste agente estar preso. Porém as mortes não ocorreram em Araguaina, sem essa acessibilidade o Jornal do Tocantins não divulgou sequer o nome das vítimas. Esses nomes poderiam ser conseguidos por telefone visto que são abertos. Os outros cinco fatos que tornaram-se notícias não ocorreram em local onde o Jornal do Tocantins mantenha repórteres. Entretanto em nenhum dos sete casos o Jornal diz de que maneiras tentou ter acesso à notícia.

Nesse ponto, o da acessibilidade, deve-se levar em consideração a real dificuldade de se cobrir todo o Estado. Entretanto o Jornal poderia criar redes de fontes alternativas ao Estado em todo o território tocaninense. Facilitando assim a recolha e a acessibilidade aos fatos.

Ao falar da construção do produto WOLF (2002) comenta a atualidade da notícia. Das oito notícias observadas sete foram publicas na edição seguinte ao dia do ocorrido. Uma das notícias, a primeira em que a polícia matou um suspeito de assassinar um soldado da PM, merece destaque. Quando o policial foi assassinado o Jornal do Tocantins publicou a notícia no dia seguinte. Porém quando a polícia matou o suspeito, o fato ocorreu em uma quinta-feira à tarde e só foi publicada na edição de sábado. Outra observação faz-se a respeito do caso em que o Jornal noticia que o PM acusado de matar a cunhada está preso. A notícia não situa o leitor no tempo. Não informa desde quando o acusado está preso, informa apenas que está preso. Cabe ressaltar o caso das mortes de mulheres. O veículo só divulgou as mortes quando a justiça decretou a prisão dos acusados, dias depois dos crimes.

WOLF (2002) trata do produto como resultado final na medida em que comenta quantos e quais pontos de vista é possível expor em uma notícia. Fala do caráter exaustivo do processo de se conseguir levar ao produto final todos os pontos de vista. Nesse critério o Jornal do Tocantins não apresenta o rigor técnico que WOLF (2002) diz haver em alguns veículos para a construção equilibrada da notícia. Das oito matérias analisadas, em cinco só a polícia fala. Em dois casos foram ouvidas testemunhas. No assalto em Xambioá foi ouvido o responsável pela agência assaltada. Em Palmas foram ouvidos vizinhos da vítima da PM.

Em um caso a notícia foi dada em três partes. A primeira em 22 de janeiro é um monólogo das polícias civil e militar. Nessa primeira parte um policial é vítima. Na segunda parte, 24 de janeiro, é dada a notícia da morte do acusado de matar o PM, outra vez um monólogo, mas desta

vez apenas a PM-TO fala. Na terceira parte o Jornal do Tocantins publica em agosto de 2004 uma matéria aí aparece o pai da vítima do Estado. De uma forma geral o Jornal do Tocantins publica apenas a versão da polícia. Quem mata explica porque o outro morreu. É preciso reconhecer a dificuldade do veículo, em alguns casos, em entrar em contato com quem fale pela vítima, como parentes ou amigos. Mas como o jornal não explica nas matérias essa dificuldade, não é possível saber se tenta ouvir no mínimo dois lados da história – o lado do assassino e o lado da vítima.

O Jornal do Tocantins transforma-se nesses casos em porta-voz das forças de segurança do Estado em especial da Polícia Militar. Pelo caso do pai de uma das vítimas percebe-se que o veículo abre espaço quando procurado, mas vale ressaltar que cabe ao veículo procurar os dois lados, se isso não ocorrer ele abre espaço para quem lhe procurar mais. Entretanto não é sua função servir a um grupo que lhe oferece fatos para publicar, mas publicar fatos que sejam de interesse público.

WOLF (2002) analisa também um critério relativo ao meio de comunicação e ao material que este meio tem para divulgar a notícia. Além das informações leva-se em consideração as imagens ou áudio do fato. No caso dos impressos verifica-se apenas as imagens. Das oito notícias apenas uma continha foto. Trata-se do assalto em Santa Fé do Araguaia, o JTo expõe a foto de uma viatura da polícia com furos que a legenda explica serem de disparos efetuados pelos assaltantes. Na primeira notícia analisada também aparece uma foto, mas apenas na continuação do caso, quando o pai da vítima do agente do Estado vem a capital reclamar agilidade nas investigações.

Quando se planejou esta pesquisa estavam previstas duas entrevistas no Jornal do Tocantins, porém não foi possível entrevistar o diretor do jornal, Sebastião Pinheiro que não respondeu o questionário enviado por e-mail. A outra entrevista com uma repórter foi realizada via e-mail. Foi entrevistada a repórter Andressa Figueiredo da editoria de Estado, onde as notícias sobre mortes de civis causadas por policiais militares são publicadas. O interesse das entrevistas era verificar os critérios comentados por WOLF (2002) que não podem ser verificados através da análise das notícias publicadas.

O primeiro ponto a ser verificado seria a seleção dos fatos para tornarem-se notícia. Esse ponto já foi observado, logo no início desse capítulo, em parte, ao analisarmos quais mortes de civis causadas por policiais militares foram publicadas e quais não foram. Aqui mais uma vez é difícil a análise, pois a entrevista foi realizada com uma repórter e esta diz que quem define as

pautas, ou faz a seleção é a editora de Estado. Para tal verificação seria preciso entrevistar a editora. Entretanto a repórter entrevistada comentou sobre a coleta de informações, de acordo com a mesma os repórteres oferecem sugestão de pautas por “estarem na rua em contato com a população”.

Um dos problemas encontrados na análise das matérias foi a versão única, ou seja, apenas a polícia que tem uma assessoria de comunicação fala, muitas vezes através de notas a imprensa. Tal problema pode ter como causa, além da já apontada dificuldade de acessibilidade dos repórteres aos fatos ou suas testemunhas, a questão econômica. FRIEDMAN (1975) afirma ser a busca do lucro o único objetivo da empresa no capitalismo. Essa busca por lucros maiores obriga a empresa a minimizar custos para aumentar a renda. Na entrevista a repórter diz que “às vezes, a qualidade da matéria pode ficar comprometida devido à necessidade de se produzir com agilidade” e que “talvez a pressa seja a maior inimiga de uma boa matéria”. Porém a entrevistada ressalta que quando ocorrem erros cabe aos editores filtra-los e corrigi-los. A repórter afirma que na linha editorial do Jornal do Tocantins tem-se claramente que, ao construir uma matéria, é necessário ouvir todos os lados envolvidos. Em todas as notícias analisadas há, se não um monólogo da polícia, pouca diversidade nas matérias que fogem do monólogo estatal, duas. Mesmo nas duas matérias que não se portaram como porta-vozes exclusivos do Estado há poucos lados. Dois, duas falas, nas duas matérias. A repórter diz ainda que não há no Jornal do Tocantins nenhuma orientação a respeito de temas que devam ser evitados o que leva a possibilidade de que a falta de tempo e de estrutura sejam os motivos para a falta de maior aprofundamento nas notícias publicadas. Para obter lucros pode ocorrer uma economia nos recursos materiais e humanos.

Ao avaliar o trabalho da assessoria de comunicação da Polícia Militar e o relacionamento do Centro de Direitos Humanos de Palmas com a imprensa a repórter entrevistada diz que o trabalho da Assessoria de Comunicação da PM-TO “Já melhorou bastante, mas ainda sofremos com o sigilo de algumas operações e dados”. Nas matérias analisadas, em duas, a PM-TO se manifestou através de nota, em outras três notícias a PM-TO foi a fonte: no primeiro se manifestou o comandante de um batalhão, no segundo um assessor da PM-TO e no terceiro a matéria diz apenas “informações da Polícia Militar”. Em duas matérias, a fonte é a Polícia Civil. Em uma matéria o Jornal do Tocantins não informa quem é a fonte.

Sobre o Centro de Direitos Humanos de Palmas, a repórter entrevistada afirma que “eles sempre tentam passar todas as informações necessárias”. Porém, a entidade foi ouvida em apenas um caso. Na primeira notícia, depois de sete meses com a versão da Polícia Militar, o Jornal do Tocantins publica, em agosto de 2004, uma notícia onde o pai de uma vítima da polícia, que aparece nas matérias como suspeito de ter matado um PM, coloca seu filho como vítima. A matéria foi feita com a participação do Centro de Direitos Humanos de Palmas. Em todos os outros casos, o CDHP ou os CDH's do interior, não foram ouvidos. Cabe ressaltar que nem sempre os Centros de Direitos Humanos tem condições de falar por desconhecerem os casos. Entretanto podem interferir no sentido de ajudar o repórter a entrar em contato com as famílias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro ponto observado nesta pesquisa, o processo de seleção das notícias, apresentou uma situação curiosa. No Tocantins a imprensa divulgou dados que nem a Polícia tem conhecimento. Essa é a conclusão a que se chega depois de um ano tentando ter acesso aos dados da Polícia Militar que são, teoricamente, por força de lei, abertos a qualquer cidadão. Foram feitas solicitações verbais pessoalmente à Assessoria de Comunicação da Polícia Militar do Tocantins no sentido de que esta disponibilizasse os boletins de ocorrência de mortes de civis causadas pela Polícia Militar. As mesmas solicitações foram feitas via ofício, dirigidos à chefe da Assessoria de Comunicação daquela instituição. A resposta foi que não seria possível disponibilizar os boletins de ocorrência, mas apenas espécies de relatórios. Entretanto algum tempo depois veio as respostas com alguns boletins de ocorrência do interior. Quanto aos dados da capital não foram disponibilizados.

Assim, não foi possível verificar se haveria características comuns entre as mortes que não foram noticiadas como se pretendia inicialmente. Ressalte-se a tempo a diferença de métodos, normalmente utilizada nas pesquisas relativas ao newsmaking – a etnografia – e os métodos aplicados aqui, entrevistas e análise de conteúdo. O que nos deixou dependente de material arquivado pelas entidades pesquisadas seja a PM-TO, seja o Jornal do Tocantins.

Percebe-se que não há no Tocantins o envolvimento de altas autoridades ou pessoas ricas nas notícias das mortes de civis causadas por policiais militares. Nota-se nisso a confirmação de que as vítimas da Polícia são, em sua maioria, pobres. Quanto ao não envolvimento de altas autoridades, mesmo para dar explicações sobre as ações da Polícia, é resultado da incapacidade de reação das famílias das vítimas e da falta de profundidade das notícias. Nestas não se procura detalhar os motivos das mortes.

Casos em que as vítimas são acusadas de tentar matar policias com armas destes últimos não são questionados pela imprensa. Por mais simples ou confusa, a explicação da PM-TO é sempre aceita, não está presente nas matérias evidência de que a imprensa questionou, levantou suspeita ou mesmo duvidou das explicações da Polícia.

Sobre o impacto que essas notícias poderiam causar nos rumos das políticas de segurança do Estado ou de um avanço na construção de uma cultura baseada na paz e na prevalência dos direitos humanos, o que se verifica é que estas notícias não têm poder para influenciar nesse sentido. As matérias não repercutem. Apenas uma teve seqüência e cobranças de resultados por parte da família de uma vítima.

Cabe tanto ao CDHP organizar melhor seus dados, de forma a proporcionar uma melhor compreensão destes, quanto ao veículo aprofundar o tema. Esta pesquisa focou apenas os casos de mortes, mas seria interessante observar também outros tipos de violências praticadas pelo Estado ou com sua conivência. Os dados e levantamentos disponibilizados pelo CDHP não parecem capazes de influenciar a mídia, ao menos os postos a disposição desta pesquisa. Ressalte-se que o CDHP não é objeto desse trabalho e que as observações sobre essa entidade são superficiais para maiores conclusões. Porém, percebe-se que falta à entidade um poder maior de influência nos Meios de Comunicação do Estado. Talvez haja, inclusive, a necessidade do Movimento de Direitos Humanos no Tocantins dedicar mais atenção à comunicação. Não apenas à Comunicação como estando fora de suas estruturas e objetivos, mas como um direito humano fundamental que precisa ser debatido de forma mais profunda no Tocantins.

Cremos que, da forma como está, a imprensa e os grupos de pressão têm pouco poder para alterar políticas públicas e, ou, o pensamento da opinião pública a respeito do tema violência policial. Pelo menos no que se refere às mortes não foram encontrados elementos que apontem para isso.

O Centro de Direitos Humanos de Palmas e a Polícia Militar enquanto fontes, nos casos de mortes causadas por Policiais Militares, apresentam diferenças gritantes. Antes de qualquer afirmação fica a advertência de que o CDHP não tem a mesma estrutura da PM-TO. Mas, a entidade tem entre seus objetivos combater a violência policial. Isso implica sua participação no esclarecimento da opinião pública sempre que a Polícia matar e tentar esconder seu crime, ou ameniza-lo, torna-lo socialmente aceitável. Mesmo em não havendo crime nas mortes, casos em que a Polícia age de forma legítima, o movimento de direitos humanos é o ator social mais indicado para atestar se a polícia agiu ou não de forma legítima. Isso porque as corregedorias, responsáveis legais por atestar a legitimidade ou não das ações da polícia, fazem parte não apenas das estruturas do Estado, mas da própria polícia.

Uma melhor organização do CDHP construindo ou estruturando uma rede estadual mínima, com dados e acompanhamentos por parte das próprias comunidades, permitiria ao movimento, se não, fazer frente ao poder de comunicação da polícia, ao menos amenizar sua força. Fica outra advertência, em muitos casos a ação policial é legítima, e esse trabalho não verificou se há ou não legitimidade nas ações da PM-TO, mas como ela utiliza a imprensa como instrumento de legitimação de suas ações. Campanhas de esclarecimento da população sobre seus direitos poderiam também servir como instrumento não apenas para uma melhor vigilância da polícia por parte da população. Tais campanhas criariam um público mais exigente o que forçaria a imprensa a melhorar seu trabalho.

Quanto a Polícia Militar a parte de Assessoria de Comunicação parece atender bem as demandas da imprensa. O que falta é uma maior clareza e planejamento em suas políticas de comunicação. A Assessoria de Comunicação da PM-TO parece não ter dificuldades, não por realizar um bom trabalho, mas por não haver demanda grande ou mais especializada. Um bom trabalho de assessoria em uma organização do povo exige mais que atender as fracas demandas da imprensa tocantinense. Exige um planejamento, uma organização que permita à população fiscalizar seu trabalho. Ao contrário disso o que se percebe pelas entrevistas é que as informações parecem estar sob controle dos comandantes quando deveriam estar sob controle da lei. O fato da PM-TO controle das informações que são publicadas a seu respeito não é resultado de um bom trabalho de seus assessores de comunicação, demonstra antes o trabalho mal feito por parte da imprensa.

O fato de único jornal impreso do Tocantins ser privado, voltado para o lucro, e não para o interesse público, coloca os interesses financeiros acima da função que HABEMAS (2003) atribui à imprensa, que seria manter o público bem informado para que se construa uma opinião pública. Opinião pública democrática que controle os rumos do coletivo. O silêncio que Feix¹⁵ afirma ser imposto aos pobres, vítimas da violência, é resultado de uma estrutura de comunicação voltada para o interesse privado.

Há a urgente necessidade de se pensar a comunicação como bem público. Está não pode ser privada e estar a serviço do lucro, tão pouco pode ser estatal, é necessário um controle público tanto das informações sob controle do Estado, quanto das vendidas pelas empresas de comunicação. Que modelos precisam ser adotados para a solução do problema não é possível

¹⁵ Entrevista disponível no Apêndice A.

encontrar de forma fácil. Entretanto a total dependência de informações por parte da mídia em relação ao Estado não permite o exercício pleno da democracia.

Outra conclusão a que se chega ao fim da pesquisa é que tanto a Polícia quanto a informação noticiada não são públicas. Apesar de serem informações necessárias ao exercício da cidadania, são vendidas. A notícia se constrói e é distribuída no espaço privado. Informações do Estado são apropriadas por um grupo econômico que as vende. A venda se dá tanto por parte da imprensa quanto por parte da administração estadual. A imprensa vende informação por dinheiro. O Estado distribui a informação para os entes privados que escolhe. Há uma espécie de troca de favores entre a administração do Estado e a imprensa privada.

A disputa de espaço na construção da notícia por parte do terceiro setor incorre em erro irremediável. O terceiro setor, classificado por Thompson como intermediário entre a sociedade – entes privados - e o Estado - ente público, disputa a construção da notícia em espaço privado. A informação dessa forma não está posta como bem público, mas como produto.

De acordo com RAMOS (2002) o Tocantins foi, sempre, governado por clãs que se utilizam da mídia como um dos principais legitimadores de seu poder. Mídia que, ainda em RAMOS (2002), depende das abundantes verbas publicitárias do governo estadual para sobreviver. Com isso temos no Tocantins dois espaços privados, o Estado e a mídia, negociando informações. E um terceiro setor tentando disputar esse espaço.

Essa realidade da disputa de um espaço privado como se fosse público é mais complexa do que este estudo tem condições de analisar. Porém, é possível concluir que toda disputa pela construção da notícia na mídia privada está sujeita aos limites que tal situação impõe. O interesse público se sujeita ao lucro sempre. Informação pública exige sistemas de distribuição e de construção também públicos.

REFERÊNCIAS

- ALTUSSER**, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BARCELOS**, Caco. Rota 66. 35 ed. São Paulo: Globo, 2001.
- BENVENUTO Jr**, Jaime. Perspectivas: proteção a testemunhas no Brasil e no exterior. In: **SOUSA JR**, José Geraldo (Org.). Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004.
- BICUDO**, Hélio. O que significa a unificação das policias? **OLIVEIRA**, Dijaci David de; **SANTOS**, Sales Augusto dos; **SILVA**, Valéria Getúlio de Brito e. (Org.). Violência policial: tolerância zero? Goiânia: UFG, 2001.
- CDHP**. CDHP 1995-2005: 10 anos lutando pelos direitos humanos da sociedade palmense. Palmas, 200?. 4 p. (folheto)
- CHAPARRO**, Manoel Carlos. Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 1994.
- CORRÊA**, Tupã Gomes. Contato imediato com a opinião pública: os bastidores..... São Paulo: Global, 1988.
- COORDENADOR**, Centro de Direitos Humanos de Cristalândia. Entrevista concedida a Wákila Nieble R. de Mesquita (via e-mail), Palmas, 2005.
- DANTAS**, Rodrigo de Souza. O “índio” como sujeito político: a democracia zapatista. In: **SOUSA JR**, José Geraldo (Org.). Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004.
- DEMO**, Pedro. Pobreza política, direitos humanos e educação. In: **SOUSA JR**, José Geraldo (Org.). Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004.
- DOURADO**, Fátima. Entrevista concedida a Wákila Nieble R. de Mesquita (fita cassete). Palmas, 2005.

- FALEIROS**, Vicente de Paula. A questão da violência. In: **SOUSA JR**, José Geraldo (Org.). Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004.
- FRIEDMAN**, Milton. Capitalismo e liberdade. Tradução de Luciana Carli. Arte Nova, São Paulo: 1.977.
- FEIX**, Romeu. Entrevista concedida a Wákila Nieble R. de Mesquita (fita cassete). Palmas, 2007.
- FIGUEIREDO**, Andressa. Entrevista concedida a Wákila Nieble. R. de Mesquita (via e-mail). Palmas, 2007.
- GARCIA**, Nelson Jaahr. Sadismo sedução e silêncio. Petrópolis: Vozes, 1990.
- GENRO FILHO**, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre:Tchê, 1987.
- GRUPPI**, Luciano. Tudo começou com Maquiavel. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- HABERMAS**, Jungen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Khote. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HOHLFELDT**, Antônio. Teorias da comunicação. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARCONI**, Maria de Andrade, **LAKATOS**, Eva Maria. São Paulo: Atlas, 2002.
- MIRANCY**, Tenente-Coronel. Entrevista concedida a Wákila Nieble R. de Mesquita (fita cassete). Palmas, 2006.
- RAMOS**, Gina Carla. A greve dos policiais militares do Tocantins nos diários do Estado. Palmas, 2002, 48. p. (Trabalho de monografia apresentado como requisito para graduação do curso de Comunicação Social da Fundação Universidade do Tocantins).
- RAMONET**, Ignácio. A tirania da comunicação. Petrópolis: Vozes, 2001.
- RIOS**, Dermival Ribeiro. Minidicionário escolar da língua portuguesa. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2000.
- RIBEIRO**, Aldemar. Entrevista concedida a Wákila Nieble R. de Mesquita (fita cassete). Palmas, 2006.
- SERRA**, Sônia. Comunicando a violência contra crianças brasileiras: dos protestos locais às denúncias em redes transnacionais. In: **PERUZZO**, Cecília Krohling (Org.). Comunicação e movimentos populares: quais redes. São Leopoldo: Unissinos, 2002.
- SILVA**, Carlos Eduardo Lins da. Muito além do jardim botânico. São Paulo: Summus, 1985.

SILVA, Jorge da. Violência policial e ideologia dos algozes-vítima. In: **OLIVEIRA**, Dijaci David de; **SANTOS**, Sales Augusto dos; **SILVA**, Valéria Getúlio de Brito e. (Org.). Violência policial: tolerância zero?. Goiânia: UFG, 2001.

SILVA, Valéria Getúlio de Brito e. A violência institucionalizada na encruzilhada da desigualdade e da injustiça. In: **OLIVEIRA**, Dijaci David de; **SANTOS**, Sales Augusto dos; **SILVA**, Valéria Getúlio de Brito e. (Org.). Violência policial: tolerância zero?. Goiânia: UFG, 2001.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. Cidadania planetária: um projeto plural, solidário e participativo. In: **SOUSA JR**, José Geraldo (Org.). Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004.

SOUSA JR, José Geraldo. (Org.) Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004.

THOMPSON, John. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

WARAT, Luis Alberto. Direitos humanos: subjetividade e práticas pedagógicas. In: **SOUSA JR**, José Geraldo (Org.). Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004.

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação. Lisboa: Presença, 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Entrevistas

ENTREVISTA COM JORNALISTA ALDEMAR RIBEIRO, ASSESSOR DE IMPRENSA DA POLÍCIA MILITAR DO TOCANTINS.

Como está estruturada a assessoria de comunicação da Polícia Militar? Essa parte de estrutura, organograma é parte administrativa e quem vai poder responder pra você vai ser a nossa diretora de Comunicação que é a Coronel Mirancy. Agora a parte a técnica, prática, que é de jornalismo de comunicação aí a gente pode falar agora essa parte de organograma aqui é o seguinte a Polícia Militar ela tem uma hierarquia, por exemplo, nós somos uma assessoria de imprensa só que a assessoria de imprensa ela funciona de uma forma é casada tem os civis e os militares os civis fazem a parte de contato com a mídia, os veículos, mas a parte burocrática, a parte instrutiva a parte de coordenação é por mão dos militares, não é que cerceia o direito é o padrão.

Quem da a linha da comunicação? Como se define esse padrão? Por exemplo a linha de comunicação aqui é como qualquer outro veículo de comunicação, como qualquer outro tipo de assessoria a gente não tem uma regra a seguir a gente é informação passando informação. O que passa pra gente, por exemplo, (pega um papel com anotações), igual aqui isso aqui é o que nos chega são as ocorrências que acontecem a agente passa na íntegra a gente não omite a gente informa, a gente não esconde a gente informa.

Além do site da polícia como as informações saem daqui dessa assessoria? Diariamente por consultas, consultas, por exemplo, agora a pouco mesmo nós tivemos uma consulta da Redesat é sobre a informação de um óbito que aconteceu em Taquaruçu, quer dizer tudo é informado sem omitir nada é do modo mais claro possível que a gente faz. Não tem essa de ah, não! Num sabemos. Não. A gente sabe? É muito mais fácil a gente informar o que é pra ser informado do uma coisa truncada, não sei se você sabe jornalismo você não pode truncar e não pode omitir. Se você está omitindo você não está dando informação você está omitindo informação.

Em relação a estrutura específica da assessoria. São quantos jornalistas e funcionários? Hoje aqui é o seguinte. No quadro civil nós somos quatro jornalistas trabalhando no corpo de civis: Aldemar Ribeiro, Irenir Ferreira, Terciana Lima, João Lino, o João Lino é jornalista. Vem

aqui João... (João Lino se aproxima). O João Lino é jornalista e mexe na parte de publicidade nossa, nosso designer é nosso arte-finalista. A Ireni nossa assessora de imprensa nossa coordenadora geral civil. Eu, a Terciana somos os jornalistas. Eu faço a parte de notas, nós fazemos a parte de mídia mas tudo isso passa pelas mãos dos militares eles sabem mais que a gente e por ser uma entidade de segurança tem alguns critérios como qualquer outra, como a segurança pública, como a Polícia Federal, como a secretária de justiça tem alguns critérios que é questão de estratégia de segurança, mas nosso organograma é esse. Nós temos no quadro hoje a Márcia que é policial militar, jornalista, temos a Consolação, policial militar, jornalista, temos a Luana, policial militar último ano de jornalismo, temos a capitão Rúbia que é a nossa sub-chefe e temos a tenente-coronel Mirancy que é a nossa chefe. (Pede que desligue o gravador para confirmar o cargo exato da tenente-coronel Mirancy) é chefe da Ascom. Hoje a assessoria de comunicação da polícia militar não é só o comando geral ela tem 1º, 2º, 3º, 4º, 5º batalhão da Polícia Militar.

Isso em palmas?

Palmas tem o 1º, 2º, 3º, 4º né? (pede confirmação para as PM's Márcia e Luana que estão na sala) aí tem os comandos de Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Dianópolis. (pede que se desligue o gravador e confere as informações em uma pasta).

Você disse que tem informações que são restritas.... Não. (eleva o tom de voz) Não tem informações que são restritas, todas as informações que caem aqui que caem no CIOP (sistema informatizado, espécie de banco de dados da PM) o CIOP é o seguinte é o sistema integrado: polícia civil, polícia militar, guarda metropolitana tá? Todas as informações sobre segurança passa pra gente e aqui a gente distribui a gente não omite nada. (eleva outra vez o tom da voz).

Mas... o que eu queria ver contigo é... nem todas as informações chegam até aqui? (assessoria de imprensa).

Todas as informações chegam aqui e (ainda com a voz alta como que para reafirmar) nós não omitimos nada, nada. O que você quiser saber a gente faz.

Você disse das questões de estratégias de ...

Não, não isso aí são questões de estratégia são totalmente diferentes. (interrompido por um homem que entra na sala e o cumprimenta).

Eu queria ver contigo como se dá essa definição...

Não, não essas questões de estratégia é questões de comando isso aí a gente não participa, nós participamos das questões de comunicação tá? Que vai ser emissor e receptor isso aí a gente participa agora as questões de estratégia não isso aí é questão de comando é questão militar a gente não participa não são informações... (faz uma pequena pausa)

Não são informações pertinentes....

Não. Não é questão que são pertinentes isso aí são questões militar, questões militar é militar é igual qualquer organograma de administração pública né? Comunicação, administração, cada coisa no seu cada coisa né? Nós fazemos a comunicação a gente não faz a parte de administração. Administração é comando, parte de segurança, parte de estratégia isso aí tem cada assessoria tem a sua determinação dentro do comando geral. Aqui, por incrível que pareça nós que somos jornalistas a gente olha assim e fala Polícia Militar fechada. Não é. Muito pelo contrário é muito aberta só que ela não omite por isso que ela é aberta. Você não esconde. Você não tem como esconder um fato. O fato é pra mostrar já tá mostrado.

Sobre essas informações de estratégia. É preciso que seja mantido certo sigilo sobre elas. Em algum momento não acontece um choque entre essas informações e o que a assessoria divulga ou precisa divulgar...

Não. Não. Não....não. É igual eu te falei. Essa questão de estratégia de segurança o nome já fala é estratégia de segurança nós só temos as informações quando é pra ser passada para a imprensa. O nome já fala estratégia de segurança nós temos acesso a esse tipo de informação. Isso aí os militares que tem nós não nós temos quando eles nos passam e reunião de comando é só militares que participam civis não participam.

Essas são informações as quais vocês da assessoria não tem acesso?

Isso.

As que chegam até a assessoria todas são repassadas?

Todas são repassadas. Todas sem exceção porque a Polícia Militar todo mundo acha que é só pra prender não é. A Polícia Militar ela tem várias ações, por exemplo, nós temos aqui um projeto chamado Proerd. Proerd é um projeto que trabalha com estudantes é o que? É onde você é.. educa os alunos a não mexer com drogas né? A não fazer coisas erradas. Por exemplo nós já formamos aqui no Estado de 2002 pra cá 45.000 alunos. Nós temos hoje... são coisas que a gente tem que informar que poucas pessoas sabem que não dão importância. Eles dão mais importância no óbito, no assalto, não dão importância nas questões sociais que a Polícia Militar faz. Por exemplo

nós temos hoje aqui a escolinha de futebol que atende mais de trezentas crianças, nós temos aqui a Polícia Comunitária, e exemplo nós temos aqui na Vila União uma base aonde ela faz um trabalho com a comunidade onde ela sede o espaço e sede a semente, sede os técnicos, sede tudo e eles entram com a mão de obra e produzem as hortaliças pra sustên.... pra consumo próprio. Você ta entendendo quer dizer são ações que a Polícia Militar não só essa têm várias. Por exemplo os.... nós temos um corpo clínico aqui dentro, de....odontológico de primeiro mundo, ou seja, (interrompe para atender o telefone) nós temos aqui um quadro de fisioterapeutas de primeiro mundo pra atender os militares quer dizer (interrompe para conversar com pessoas que entram na sala).

Queria ver contigo a questão das consultas. Como é? Tem muitas consultas a demanda por parte da imprensa é grande?

É igual você viu aqui as consultas são minuto a minuto (durante essa entrevista houve duas consultadas por parte da imprensa, uma relativa a um corpo encontrado no distrito de Taquaruçu e outra sobre um acidente com uma moto).

Você acha que através da imprensa é possível passar muita informação? As informações necessárias para o cidadão?

Todas as informações que você vê. Todas sem exceção que envolve....delitos em geral acidente, morte, atropelamento, tráfico, o primeiro a fazer é a Polícia Militar. Marido bateu na mulher quem vai lá é a Polícia Militar não é a Polícia Civil. A Polícia Militar ela faz a ponte ela vai lá faz o B.O (Boletim de Ocorrência), passa pra Polícia Civil fazer a investigação certo mas nunca a Polícia Militar tem os louros do que se faz. Mas aqui com a gente hoje todos os veículos de comunicação tem o contato direto com a gente. Nós não omitimos nada nós colocamos tudo pra eles. Igual você viu tivemos um óbito lá em Taquaruçu já estamos levantando pra passar pra eles isso foi agora de manhã. Acabamos de ter um acidente lá em Taquaralto a Polícia Militar já foi lá e já fez o boletim só que... o boletim é feito vai pro comando e comando envia pro sistema integrado quer dizer é questão de tecnologia a tecnologia não é igual o homem na hora você vai e faz não ela tem.... precisa digitar e lançar no sistema, mas nós fazemos aqui , falar igual ao outro, um imediato, um pronto, entendeu.

Para informações diretas ao cidadão existe algum serviço?

Existe o 190. O 190.

Para consulta de informações?

O 190. O 190 ele tanto é pra denúncias como para informação. É o canal do cidadão.

Você acha que o cidadão comum ele consegue informações nesse telefone?

Com certeza. Com certeza ainda mais um Estado igual o nosso novo. Uma comunidade informada como é no Tocantins, bem informada e uma polícia capacitada como é a nossa. Não é desmerecendo outros policiais, outros lugares, outros estados, mas a nossa são bem capacitados nós temos hoje uma escola aqui formando os nossos militares e essa escola ela é preparada justamente pra isso pra ter o cidadão, fazendo a segurança do cidadão né, porque na realidade o militar ele também é um cidadão só que ele é um cidadão público que é diferente de um cidadão norm..... comum aquele que está na sua casa e tal, tal o militar não ele é um cidadão que está ali para corrigir os erros poder tentar corrigir porque ele não consegue corrigir nada.

ENTREVISTA COM A TENENTE-CORONEL MIRANCY, CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.

Coronel quais são os objetivos da diretoria de Comunicação da Polícia Militar?

Ela foi criada com o objetivo, como diz o próprio nome né, a questão da comunicação tanto interna, para o público interno, quanto externo a gente ta realmente mostrando pra sociedade o nosso serviço e para ela ter o conhecimento da Polícia Militar muitas a gente não tem as pessoas as vezes falam que é só prender não nossa premissa maior na questão da segurança pública é a questão da prevenção. A Polícia Militar é prevenção, muitas vezes as pessoas não entendem isso pensa que é só pegar, prender, bater, não. Estamos primeiro ostensivamente com a nossa farda pra prevenir aí na rua com a nossa viatura então seria essa assessoria aqui pra isso pra atender o público interno na comunicação quanto o público externo.

Como a assessoria está incluída no organograma da Polícia Militar?

Tem o comando da Polícia Militar, o sub-comando que é o Estado Maior da Polícia Militar o chefe do Estado Maior e a gente faz parte do Estado Maior da PM junto com as outras funções que é a P1 que é pessoal, a P2 que é de instrução, P3 no mesmo nível.

O que rege a comunicação na Polícia Militar? Existe alguma legislação específica? Como se dá a separação entre o serviço de informação que também é comunicação e a assessoria de comunicação? Qual é a diferença entre o serviço de informação e o de comunicação?

Tem. É como eu falei essa questão da ascom, da assessoria de comunicação é 'stá contando para a sociedade qual é o nosso serviço, qual é o nosso papel diante da sociedade agora a questão da

informação aí já tem outra sessão específica que é a PM2. A PM2 que é a questão de levantamento de dados até para ajudar no desvendamento de crimes e outros casos. Antecipar fatos que poderão acontecer, vamos supor tem levantamento na questão de greve que acontece muito aí você precisa de informação que a PM2 já está a frente buscando esses dados na pretensa de algo acontecer.

E em relação a estrutura aqui da assessoria?

Nós temos aqui a chefia eu né. Tem a minha adjunta que é a capitã Rúbia e aí vem a divisão que é a assessoria de imprensa, tem o pessoal do vídeo que grava as informações de jornal (telejornal) e jornal escrito e o televisionado e a questão da parte das relações públicas que é a confraternização e as solenidade que nós temos, formaturas de soldados e oficiais e as datas comemorativas que a polícia tem então estamos envolvidos nisso aí somos responsáveis.

Coronel quero voltar a questão dos serviços de comunicação. Como se define o que é aberto a população e o que é exclusivo da PM. Existem leis que regulam isso ou são definições internas? Como são os critérios?

Critério é o que? Toda a organização é feita pelo sistema de informação bem competente a pessoa tem que saber realmente, conhecer pra poder agir e essa questão que eu falei da PM2 que é informação pra evitar o acontecimento, mas aí você tem que falar com o coronel da PM2 que não é aqui da comunicação. Mas, uma diferença básica é o seguinte: aqui a Ascom está pra falar, mostrar tudo e a informação a questão já é contrária eles buscam informações pra eles pra ta podendo mexer, ta dando subsídio pras demais sessões então não seria para o público, no caso pra que essa informação iria servir para subsidiar as demais informações e como vai estar articulando.

Então lá (serviço de informação) filtra as informações?

Sim e dependendo do fato aqui também filtra. Mas a gente está mais pra estar levando ao público filtrando também que não é tudo que acontece que a gente passa nem poderia né mas informando realmente o que o público precisa saber também nós não escondemos informações que seja de direito do público.

Essa relação das informações que são sigilosas. Em algum momento a senhora acha que isso pode atrapalhar a avaliação população da Polícia Militar? Em algum momento há atrito de informações que o público ou a imprensa quer e a polícia não pode passar?

Eu acho que, por exemplo, a população em si ela tem direito de buscar né as vezes como agora lá na TO né estão buscando atrás querendo que se coloque radares é um direito que ela tem de estar cobrando para ser atendida melhor pelas organizações seja prefeitura, seja Estado agora a gente cabe também dentro do possível estar passando informações dentro do que é cabível passar e isso não atrapalha a relação dos jornalistas, da polícia e da sociedade. O jornalista como sempre, na minha opinião, sempre quer saber a mais um pouquinho e as vezes a gente não pode passar tudo por uma questão de investigação e até por segurança diante dos fatos.

Qual é a estratégia coronel quando a imagem da PM sofre algum abalo? Tem um modelo de ação padrão? De gerenciamento de crise?

Não, não tem, a gente até busca eu estava vendo com o pessoal da secretaria da cidadania com a Conceição e gente precisa fazer um estudo pra saber, pra definir aconteceu vamos fazer assim, vamos agir assim. Vamos fazer dessa forma o mais rápido possível porque você sabe que hoje a questão de tempo é primordial as vezes acontece uma coisa aí e a gente fica pensando o que vamos fazer e aí marcar reunião não dá. Hoje se tiver uma crise a gente não sabe como agir.

A senhora acha que o comando tem dado a atenção devida a questão da comunicação?

Com certeza. O comando da Polícia Militar está atento a isso e nosso comandante dá todo apoio. A questão é meios que ainda não temos até por ser um Estado novo, mas estamos caminhando já melhoramos muito.

Em caso de mortes causadas por Policial Militar como se dá a divulgação das informações de forma a preservar a família, dar as explicações devidas à sociedade e a preservar mesmo o policial visto que as vezes ele age de forma legítima?

As vezes ele realmente age em legítima defesa. Primeiramente quando ocorre o fato a gente não sabe o que aconteceu no local. Tem que haver o que? Um processo ou seja uma sindicância ou seja um IPM pra levantar os fatos e as circunstâncias em que esses fatos se deram aí somente depois com o tempo previsto pra isso que pra sindicância 30 dias e o IPM 40. Assim que levanta os fatos e as circunstância em que se deu se foi legítima defesa se não foi, houve inconveniências do militar, houve precipitação não houve só esse processo que vai dizer ouvindo testemunhas do fato levantamento de dados. E supondo que o processo indique que houve culpa do militar aí tem as punições previstas pra isso podendo chegar até a expulsão do militar e enquanto é feito esse processo o policial aguarda geralmente afastado da função.

O acesso a essas informações?

A partir do momento em que acontece isso aí é aberto o processo e as informações estão lá para as pessoas interessas para a família. Qualquer advogado também pode acompanhar esse IPM essa sindicância.

Como está a avaliação da Polícia Militar pela população hoje? Existem dados sobre isso?

Boa. É boa. Temos dados gerais do Brasil mas sabemos que aqui no Tocantins também é boa.

ENTREVISTA COM ANDRESSA FIGUEIREDO, REPÓRTER DE ESTADO DO JORNAL DO TOCANTINS

Andressa, primeiro, eu gostaria que você me falasse do seu currículo e como você veio para o Jornal do Tocantins?

Sou formada em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins (2001-2005). Trabalho desde 2002 para o Governo do Estado como comissionada. Prestava serviço na área administrativa, e em 2004 fui para a Assessoria de Imprensa da Secretaria da Segurança Pública onde fiquei até junho de 2006. Trabalhei na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por cinco meses e fui convidada para ir para a Agência de Defesa Agropecuária do Estado, onde estou atualmente, no período da manhã, também na Assessoria de Comunicação.

No ramo do jornalismo impresso, comecei a estagiar em 2004 no Jornal O Girassol, um semanário, onde fiquei até outubro de 2006, quando surgiu uma vaga para trabalhar no Jornal do Tocantins, o único diário do Tocantins e levei meu currículo. Depois de alguns exames, comecei a trabalhar no período da tarde no veículo, trocando o semanário pelo diário, um novo desafio a ser encarado.

Como é a rotina de trabalho aqui? O dia a dia, a seleção de notícias?

O ritmo de trabalho é bastante corrido e as notícias são selecionadas conforme a importância para o público.

Qual é a linha editorial do Jto e como você tomou conhecimento dessa linha editorial?

O Jornal do Tocantins busca diariamente ser o mais verdadeiro possível com o leitor, ouvindo não somente dois lados, mas todos os lados envolvidos nas notícias veiculadas, mostrando a versão de cada um. Fui informada sobre isso logo na entrevista para conseguir a vaga pelo editor-chefe de jornalismo Sebastião Pinheiro.

Como as pautas são definidas?

Recebemos as pautas todos os dias pela manhã, que é enviada pela responsável pela editoria de Estado, onde trabalho. Além disso, devemos sugerir pautas todos os dias, já que estamos nas ruas vendo o que está acontecendo com a população.

Você recebeu algum tipo de orientação sobre assuntos que devem ser evitados?

Não.

Já percebeu de alguma forma, alguma maneira de manifestação dos seus superiores sobre assuntos que devem ser evitados ou tratados de forma diferente da linha editorial da empresa?

Não.

Você acha que seu trabalho é satisfatório, você consegue manter o equilíbrio que julga necessário para sua atuação profissional (ela vai perguntar; como assim?) ?

Às vezes, a qualidade da matéria pode ficar comprometida devido a necessidade de se produzir com agilidade e também pela falta de espaço para a mesma no jornal.

Há liberdade para ir a fundo nas investigações sobre questões problemáticas para a sociedade?

Existe liberdade sim, só depende do repórter.

Que fatores podem atrapalhar seu trabalho?

Talvez a pressa seja a maior inimiga de uma boa matéria.

A jornada de trabalho e o tempo pode levar o repórter a cometer erros, ou a não realizar seu trabalho de forma equilibrada?

Podem, mas há uma equipe de editores por trás para corrigir caso isso ocorra.

Você já cobriu matérias que envolvessem a Polícia Militar?

Já.

Como você avalia o trabalho da assessoria da PM?

Já melhorou bastante, mas ainda sofremos com o sigilo de algumas operações e dados.

E em relação ao Centro de Direitos Humanos de Palmas você já fez matérias em que eles estivessem envolvidos e como foi atendida?

Já, e fui bem atendida. Eles sempre tentam passar todas as informações necessárias.

ENTREVISTA COM ROMEU FEIX DO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE PALMAS

Romeu, o que é exatamente o Movimento Nacional de Direitos Humanos?

O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) é um movimento organizado da sociedade civil, sem fins lucrativos, democrático, ecumênico, supra-partidário, presente em todo o território brasileiro em forma de rede com mais de 400 entidades filiadas. Fundado em 1982, constitui-se hoje na principal articulação nacional de luta e promoção dos direitos humanos.

Há quanto tempo o MNDH trabalha no Tocantins?

Desde 1994.

Qual a diferença entre o MNDH do Tocantins e nos demais estados? Quais os casos específicos do Tocantins?

Cada estado tem algumas especificidades, mas no geral são as mesmas lutas que envolvem o país, pois a maioria das violações dos direitos humanos estão relacionados a história do país e as atuais políticas que são desenvolvidas.

No TO temos uma elite política extremamente tradicional que não promove políticas públicas para satisfazer os direitos humanos de sua população. Com a população pobre é violado o direito a alimentação, moradia e trabalho. Há muito trabalho escravo, e parte da polícia fruto da ditadura militar e a serviço da elite política e econômica.

Qual a estrutura do CDHP, Centro de Direitos Humanos de Palmas?

Temos sede própria com 3 salas, auditório e um carro e 4 funcionários: secretário articulador e financeiro, recepcionista e um advogado.

Como é o serviço de informações do CDH? Tanto na coleta quanto na distribuição?

Vários meios, principalmente através da denúncia por parte dos cidadãos, também através das outras entidades, MCS e diversas formas de relatórios.

Na distribuição comunicamos a imprensa as denúncias. Algumas há cobertura e outra não.

Existe algum sistema de relatórios de dados? E para quem são repassados esses dados?

Fazemos relatórios de algumas demandas para encaminhar aos órgãos competentes.

Existe alguma dificuldade de acesso a informação com os órgãos de segurança do Estado?

Aos dados disponíveis não, mas não sabemos se são reais.

E em relação a Polícia Militar especificamente?

Percebemos uma evolução deste órgão, inclusive com a inclusão de Direitos Humanos no seu currículo de formação, mas há muitos policiais ainda com a mentalidade da ditadura militar e fruto da condução política do estado. Há muita denúncia de espancamento, no estado todo.

Muitos policiais não tem a consciência de funcionário público, que estão a serviço da segurança da população e não de amedrontá-la.

O CDH tem uma diretoria de comunicação, uma assessoria de imprensa ou um profissional de comunicação, jornalista ou relações públicas que façam o trabalho de comunicação?

Não

Quais os objetivos do CDH?

- Conscientizar a população quanto aos seus direitos, através de capacitação, orientações, palestras...
- Denunciar os casos de violação dos direitos humanos
- Propor, monitorar e avaliar as políticas públicas

De forma geral promover todos os direitos humanos.

Como se dá o diálogo entre o CDH e a sociedade? Que meios são utilizados?

O atendimento no CDHP para receber denúncias e prestar orientações e assessoria jurídica, palestras, cursos, audiências públicas, conferências, seminários. Utilizamos os MCS, panfletos, e-mail e os espaços citados acima.

Qual papel a imprensa tocantinense desempenha nessa relação do CDH com a sociedade?

Atualmente percebemos uma maior independência da imprensa, e com isso há um maior espaço para conscientizar a população quanto aos seus direitos.

A imprensa tem o papel importantíssimo, talvez o maior, na construção da cultura dos direitos humanos.

Como você avalia o trabalho do Jornal do Tocantins em relação aos direitos humanos?

Sempre deram boa cobertura as denúncias encaminhadas pelo CDHP. Mas penso que deveria ter um espaço e informação sobre os direitos do cidadão e privilegiar mais esta área nas colunas de opinião.

Você acredita que nos casos de violência cometidas pelo Estado a imprensa tende para um dos lados? Por quê?

Depende da imprensa, de quem a financia. O problema é que o Estado tem uma grande participação financeira na grande imprensa e isto tende muitas vezes a imparcialidade, sendo o Estado o maior violador dos Direitos Humanos.

Não existe imprensa neutra.

Falta voz de que sofre a violência, pois não possui seus meios de comunicação. O silêncio se impõe quando que pratica a violência é o financiador da imprensa.

ENTREVISTA COM FÁTIMA DOURADO DO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE PALMAS

Fátima, o que é exatamente o Movimento Nacional de Direitos Humanos?

Olha, o movimento de direitos humanos é uma rede de organizações não governamentais que tem o objetivo de defender e lutar pela garantia dos direitos humanos hoje no Brasil nós temos o Movimento Nacional de Direitos Humanos que agrega mais de 300 organizações e no Tocantins nós temos o movimento estadual de direitos humanos que agrega seis entidades aqui no estado que fica em Porto Nacional, Taguatinga, Gurupi, Cristalândia, Palmas, Araguaína, Araguaçu e Bico do Papagaio, me parece que sete né?

Há quanto tempo o MNDH trabalha no Tocantins?

Olha, desde 94 partir da fundação do centro de direitos humanos de Cristalândia e logo após houve a fundação do centro de direitos humanos de Palmas e daí a gente tem feito um trabalho de mobilização, de conscientização para que todos os municípios do Estado possam estar criando um CDH. Então, aos poucos esses municípios vem dando as respostas e a cada dia a gente tem sido procurado para orientar como organiza uma organização de direitos humanos nos municípios tocaninenses.

Qual a diferença entre o MNDH do Tocantins e nos demais estados? Quais os casos específicos do Tocantins?

Não existe diferença na forma de trabalhar. Existe diferença as vezes no plano de trabalho porque cada região ela tem suas peculiaridades. Aqui nós priorizamos, e também até de um CDH pra outro, Palmas nós priorizamos o combate a violência policial que esse é uma linha de ação a nível nacional e além dessa ação nós temos a luta pela moradia dado o fato de que Palmas tem um déficit habitacional muito grande e devido o fluxo de pessoas que chegava aqui na capital todos os dias. Uma outra linha de ação é o combate a violência contra a criança e o adolescente e contra a mulher. Além disso a formação política que é a conscientização a promoção de seminários, de estudos, de reuniões buscando sensibilizar a população pra despertar pra cidadania, né?

Qual a estrutura do CDHP, Centro de Direitos Humanos de Palmas?

Olha, o centro de direitos humanos de Palmas hoje ele tem uma sede própria. Nesses 10 anos nós trabalhamos para estrutura-lo de uma forma que pudesse melhorar tanto a qualidade do trabalho

que é desenvolvido para a população como para as pessoas que trabalham no local com sede própria, com uma área administrativa com um auditório. Temos quatro funcionários que é um assessor jurídico, um secretário articulador, uma recepcionista e um secretário administrativo. E gente tem trabalhado também buscando pra ver se amplia esse quadro.

Como é o serviço de informações do CDH? Tanto na coleta quanto na distribuição?

Esse é um trabalho que nós ainda estamos estudando como melhorar. Como a gente atende muitas pessoas faz esse repasse mais no sentido da orientação a população que chega até aqui a gente precisaria, isso a gente até já solicitou das universidades, que pudesse fazer um trabalho de pesquisa pra fazer a coleta dessas informações mas como as universidades aqui no Tocantins ainda tem pouca experiência na área de pesquisa não despertaram ainda o interesse por essa área.

Mas de uma forma geral as informações vem através de pessoas que procuram o centro?

São pessoas que quando tem problemas procura o centro de direitos humanos e aqui é feita uma triagem em casos que são encaminhados pra defensoria pública, principalmente casos de cunho particular, nossa prioridade aqui são os casos coletivos ou quando envolve agentes públicos.

Existe algum sistema de relatórios de dados? E para quem são repassados esses dados?

Olha anualmente a gente faz os relatórios anuais aonde a gente relata as principais ações, não dá pra você relatar o que acontece no dia a dia assim é uma infinidade de assuntos e de problemas que chegam. Esses relatórios são encaminhados pras entidades financiadoras, para as entidades parceiras.

Existe alguma dificuldade de acesso a informação com os órgãos de segurança do Estado?

Não. Não temos dificuldade não sempre que solicitamos elas tem sido fornecidas embora nem sempre de acordo com o que agente acredita que poderia vir mais detalhes as vezes vem meio omissas mas as informações elas são fornecidas.

Com a polícia militar existe uma dificuldade maior?

Não. Em relação a instituição não tem tanto a segurança pública quanto o comando geral da polícia militar sempre que a gente tem solicitado informações eles tem fornecido inclusive cópia de relatório, sindicância, eles tem feito apurações lá.

Sobre a distribuição de informações, é só o que você já colocou para entidades financiadoras e para as entidades parceiras?

Isso. E aí a cada final de ano a gente faz um boletim informativo que é pra sociedade em geral. O objetivo do boletim é tentar informar a população.

O CDH tem uma diretoria de comunicação, uma assessoria de imprensa ou um profissional de comunicação, jornalista ou relações públicas, fazem o trabalho de comunicação?

Não. Tem não.

Quais os objetivos do CDH?

Olha até completar 10 anos nós tínhamos a luta pela moradia, o combate a violência policial, o combate a violência contra a mulher a criança e o adolescente, formação política e articulação com entidades afins. Esses foram os objetivos dos primeiros 10 anos. Agora para os próximos três anos nós estamos priorizando os seguintes eixos que é a promoção da cidadania através da educação, a articulação com entidades e grupos afins, políticas públicas, desenvolvimento institucional e sistema de garantias de direitos.

Esses objetivos para serem atingidos precisam de um diálogo com a sociedade? Como é feito esse diálogo?

Olha é necessário um diálogo tanto com a sociedade quanto com o governo. A gente tem nos últimos anos trabalhado muito essa articulação entre os dois setores porque não adianta a sociedade caminhar para um lado e o Estado pro outro embora ainda é complicado essa relação, mas o que se busca é uma junção dos dois setores. Com a sociedade civil a gente tem feito um trabalho de mobilização através de seminários, de fóruns, nós participamos de diversos fóruns aqui no Estado. O Fórum de luta pela cidadania, a rede de educação cidadã, o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, o conselho municipal da criança e do adolescente.

É uma participação ativa com interferência e propostas?

Nesses comitês e conselhos você tem voz ativa, você participa não só olhando você é um dos promotores só que é uma rede são várias organizações que se juntam pra discutir determinado tema.

Qual papel a imprensa tocantinense desempenha nessa relação do CDH com a sociedade?

A imprensa tem um papel fundamental na sensibilização e na conscientização da população para que ela tome consciência do que é cidadania embora a gente ainda vê que há uma necessidade muito grande de sensibilização também por parte das redes, das emissoras de tv's, de rádio a mídia de uma forma geral e mesmo tem dado uma abertura. Não há muito interesse da imprensa em estar divulgando ou mesmo promovendo campanhas para conscientizar a população. Então a imprensa ela tem um papel fundamental porque ela chega a casa de todas pessoas então o mais pobre que houver ele vai ter um rádio ou uma televisão que de uma certa forma exerce uma

influência sobre o cidadão. Então, aquilo que chega até ele de uma certa forma ele absorve. Então se chegasse informações que viesse a valorizar a promove-lo como cidadão nós teríamos um grau de conhecimento na população.

Como você avalia o trabalho do Jornal do Tocantins em relação aos direitos humanos?

Olha nós temos acompanhado. Agora, quanto ao Jornal do Tocantins, ou todos os jornais, trabalham muito com o boletim policial e acaba tendo muitas informações desvirtuadas porque se você vai na delegacia pegar os boletins, na delegacia eles fazem o boletim de uma forma que nem sempre é a verdadeira. Eu mesma tive três casos de informação que saiu no jornal de pessoas que foram executadas, mas a notícia saiu no jornal é que elas haviam trocado tiros e aí a polícia diz que estavam armados com carabina. Quando se vai apurar no próprio inquérito policial, você tem a conclusão de que foi totalmente o contrário. Então eu acho que o jornalista ele tem que ser mais investigativo com a sua matéria, não apenas se deter ao boletim policial, mas procurar a família da vítima, saber o que aconteceu, procurar a promotoria ou outros órgãos públicos. Embora depois de verificado o que aconteceu quando saiu outra versão foi divulgado.

Você acredita que nos casos de violência cometidas pelo Estado a imprensa tende para um dos lados?

Eu penso que no caso do Jornal do Tocantins não seja uma tendência não. Talvez mais a forma como é coletada a informação.

Eu pergunto de uma forma geral. Pelo fato da polícia ter toda uma estrutura de comunicação.

Isso. Nesse caso é ruim porque muitos casos, por exemplo, que eu vejo na televisão nós não conseguimos ter acesso a família da vítima. Muitas vezes só sai o nome da pessoa e não tem como. Mas os casos que...São três casos que a gente acompanhou e que teve esse problema um era até um rapaz que era doente mental entrou numa padaria pegou um bolo e aí chamaram a polícia e acabaram executando ele dentro do carro da polícia. Quando saiu a matéria no jornal é que ele teria trocado tiros e que era perigoso. Mas eu não acho que o jornal fez isso porque quis, mas o fato é que eles tinham uma informação que vinha do boletim policial. É que a polícia é assim ela tem essa tendência sempre que comete um crime ela tenta denegrir, ela tenta incriminar a vítima achando que isso vai diminuir a gravidade do crime que ela comete. O que não tem nada a ver, mas só a sociedade, ela, aceita quando se mata um bandido ela acaba até ficando aliviada e se matar quem não é bandido aí há uma certa repugnância da sociedade. Então a polícia sabe disso

quando eles executam alguém primeira coisa que fazem é tentar engrossar uma ficha policial grande para aquela pessoa que é para ninguém questionar a morte ou a tentativa de homicídio daquele cidadão.

ENTREVISTA COM O COORDENADOR DO CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE CRISTALÂNDIA.

O que é exatamente o Movimento Nacional de Direitos Humanos?

O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) é um movimento organizado na Sociedade Civil, sem fins lucrativos, tendo como objetivo central o combate as violações de direitos básicos e a promoção da dignidade humana, tanto de iniciativa pública quanto privada.

Há quanto tempo o MNDH trabalha no Tocantins?

O MNDH foi criado em 1982, isso significa que atua em nossa região desde que éramos o “Antigo Norte de Goiás”, porém, suas atividades mais direcionadas foram iniciadas após a criação e filiação do Centro de Direitos Humanos de Cristalândia – CDHC, em 1994 e que foi o primeiro de vários já existentes no Estado do Tocantins.

Qual a diferença entre o MNDH do Tocantins e nos demais estados?

O MNDH tem ações semelhantes em todo o país, porém, no Tocantins existe além dos Centros e demais entidades afins o Movimento Estadual de Direitos Humanos – MNDH o que não acontece em outros estados. Também o que nos diferencia é o fato de que o MNDH é composto de várias regionais pelo, e o Tocantins preferiu fazer parte da Regional Centro-Oeste em lugar da Regional Norte, por causa da facilidade de articulação.

Quais os casos específicos do Tocantins?

A principal especificidade do MNDH no Tocantins é a articulação das entidades do Estado através do MEDH, além do Regional Centro-Oeste do MNDH que hoje esta sob a responsabilidade do Tocantins (CDH de Cristalândia).

Qual a estrutura do Centro de Direitos Humanos de Cristalândia?

O CDHC tem a seguinte estrutura:

02 agentes liberados: - Secretário Articulador
- Secretária Administrativa

Coordenação: - Coordenador

- Secretário Executivo

- Tesoureiro

Conselhos: - Fiscal

- Diretor

Como é o serviço de informações do CDH? Tanto na coleta quanto na distribuição?

O CDHC não possui um serviço de informações “fixo”, trabalhamos as informações conforme verificamos ser importante em determinado momento em que ocorre algum fato. Na coleta possuímos um banco de dados que traz todos os homicídios registrados no Jornal do Tocantins (todos em um programa e recortes dos jornais).

Existe algum sistema de relatórios de dados? E para quem são repassados esses dados?

Todas as atividades executadas pelo CDH são registradas através de relatórios e/ou outro. Os dados sempre são enviados para organizações que desenvolvem trabalhos voltados às questões condicionantes dos dados. Ex.: Banco de dados dos homicídios registrados no J. To. (enviado para MNDH).

Existe alguma dificuldade de acesso a informação com os órgãos de segurança do Estado?

A maioria dos órgãos de segurança do Estado, principalmente os “menores” dificilmente contribuem com algo quando lhes é requisitado.s

Com a polícia militar existe uma dificuldade maior?

Hoje mais de 90% dos militares tem os DH's como “inimigos”, o que acaba dificultando ainda mais qualquer tipo de trabalho conjunto na promoção da cidadania.

O CDH tem uma diretoria de comunicação, uma assessoria de imprensa ou um profissional de comunicação, jornalista ou relações públicas, fazem o trabalho de comunicação?

Não. O trabalho de comunicação é feito quase sempre pelos secretários.

Quais os objetivos do CDH?

O CDHC, tem como marco central a “luta pela vida, contra a violência” e a “defesa e promoção dos Direitos Humanos”.

Esses objetivos para serem atingidos precisam de um diálogo com a sociedade? Como é feito esse diálogo?

Sim. Esse dialogo é feito através da formação de núcleos nas cidades, onde em cada cidade que atuamos temos um grupo de pessoas (voluntários) que nos ajudam a difundir as informações importantes.

Qual papel a imprensa tocaninense desempenha nessa relação do CDH com a sociedade?

A imprensa tocaninense nem sempre divulga as coisas como realmente são, isso atrapalha nosso contato e uso, pois, ainda hoje a maioria destes meios avaliam os DH's como defensores de bandidos.

Como você avalia o trabalho do Jornal do Tocantins em relação aos direitos humanos?

O J. To. parece não ter tanto interesse pelo assunto e isso se confirma quando na maioria das vezes que realizamos eventos importantes e convidamos ele para divulgar o acontecimento raramente acontece.

Você acredita que nos casos de violência cometidas pelo Estado as matérias que saem na imprensa tende para um dos lados?

A imprensa brasileira praticamente em sua totalidade defende alguns interesses, o que faz com que ela deixe de ser “imparcial” como deveria ser, e no TO. Isso parece ser um pouco mais visível ainda.